

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

THAIS CASER QUEIROZ

CONCEPÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

VITÓRIA
2014

THAIS CASER QUEIROZ

CONCEPÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para aprovação na disciplina de TCC II, sob a orientação da Professora Ms. Daniella Messa e Melo Cruz.

VITÓRIA

2014

THAIS CASER QUEIROZ

CONCEPÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em _____ de _____ de _____, 2014:

Prof. Ms. Daniella Messa e Melo Cruz- Orientador

Prof. Ms. Beatriz Baptista Tesche – FCSES

Assistente Social Ms. Maria Cirlene Vasconcelos

Foram muitos os motivos e incentivos para iniciar e concluir esta caminhada. Hoje dedico este trabalho às mulheres que me motivaram a desenvolvê-lo, tornando-se fonte da minha inspiração para buscar respostas no universo acadêmico sobre as inquietações originadas no universo privado do lar. Dedico-lhes ainda, como forma de agradecimento por me permitirem estudar parte da sua realidade. Mulheres, que particularmente, considero “guerreiras”, inseridas em um campo de batalha chamado sociedade das desigualdades, onde pelejam em busca de sua sobrevivência e dignidade, lutando contra um inimigo comum a todas elas: a violência contra mulher!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por, em meio aos momentos difíceis, me sustentar com a sua destra fiel, me permitindo alcançar esta vitória.

A minha família, aos meus pais, André e Leonarda, pelo exemplo de vida, pelo apoio e compreensão nos meus momentos de ausência, pelo amor incondicional e pelo esforço que dedicaram para que eu chegasse até aqui, em especial à minha mãe Leonarda e a minha avó Dalila, que possuíram e possuem imenso significado em minha vida.

Minha linda mãe, que em todos os momentos difíceis foi o meu maior porto seguro, meu anjo! Te amo muito princesa!

A minha orientadora, Daniella Messa, pela dedicação e empenho na realização deste trabalho.

A minha tia Nena, meu muito obrigado pela ajuda, por passar horas ao meu lado me dando a maior contribuição de crescimento, contribuindo para minha formação profissional. Agradeço pelas palavras de incentivo e de confiança em minha capacidade de vencer.

A minha amada tia Luciana, por também ter participado desta fase comigo, me dando toda apoio necessário.

Neto, amor, companheiro de todas as horas, agradeço a compreensão por todos os desabafos e desesperos que perpasssei nesta fase, sempre me ouvindo e me dando toda força possível, incentivos que levei comigo a cada segundo. Obrigada! Te amo vida!

Aos amigos que me apoiaram e sempre torceram por mim.

Às/aos colegas de sala por esses 5 anos de convivência e troca de experiências, tornando momentos inesquecíveis de companheirismo e compartilhamentos.

Obrigada a todos, ainda que não os tenha citado, as que certamente de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui com esta certeza de conquista da vitória!

RESUMO

A violência doméstica é um fenômeno social que leva ao sofrimento individual e coletivo na sociedade. Com base nas constantes demandas presentes na sociedade acerca da temática, violência contra a mulher, o presente trabalho aborda os aspectos da violência que se constitui a partir das desigualdades que permeiam as relações de gênero. Este estudo tem como objetivo compreender a concepção de violência por parte da mulher em situação de violência doméstica. Para tanto fez-se necessário analisar a percepção acerca do conceito de violência, analisar a percepção sobre o que é ser mulher, e descrever o contexto em que vivem. Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizado um estudo descritivo de caráter qualitativo, no qual foram utilizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas a oito participantes de um grupo de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica localizada no município de Serra. Para a consecução dos objetivos fizemos uma revisão bibliográfica visando compor o quadro teórico necessário a análise dos dados coletados. Com base nos resultados, constatou-se que a concepção da mulher acerca da violência perpassa as relações de poder e submissão, com isso a mulher se adequa a um papel fragilizado frente às violências sofridas. Observou-se ainda que a violência doméstica é considerada como sendo uma manifestação das desigualdades existentes nas relações de gênero, demandando a estruturação de ações voltadas para a garantia do bem-estar físico, mental e social que proporcionem a essas mulheres melhores condições de vida.

Palavras-chave: Violência doméstica. Gênero. Relações de poder.

ABSTRACT

Domestic violence is a social phenomenon that leads to individual and collective suffering in society. Based on the constant demands in society about the theme, violence against women, this paper discusses the aspects of violence that is from inequalities in gender relations. This study aims to understand the concept of violence by women in domestic violence situations. Therefore it was necessary to analyze the perception of the concept of violence, to explore the perception of what is a woman, and describe the context in which they live. To achieve the proposed objectives, we performed a descriptive and qualitative study, which were used semi-structured interviews directed to eight participants in a support group for women victims of domestic violence in the municipality of Serra, as data collection instrument associated with a literature review that aimed to compose a theoretical framework necessary to reach the desired data analysis. Based on the results, it was found that the conception of woman on violence permeates the relations of power and submission, with this woman fits in a weakened role and understanding ahead of the violence inflicted. Through this research, it was observed that domestic violence is considered to be a manifestation of the inequalities in gender relations, which require the manifestations of public policies and actions aimed at ensuring the physical well-being, mental and social in order that health services are able and ready to provide these women better living conditions.

Keywords: Violence against women. Aspects of violence. Inequalities. Better living conditions.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela - 1 Idade das Mulheres | 55 |
| Tabela - 2 Nível de Escolaridade | 56 |
| Tabela - 3 Renda Familiar | 56 |
| Tabela - 4 Estado Civil..... | 57 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 19 |
| 2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA | 19 |
| 2.2 FAMÍLIA | 24 |
| 2.3 AS FACES DA VIOLÊNCIA..... | 27 |
| 2.4 TIPOS DE VIOLÊNCIA..... | 31 |
| 2.4.1 Violência doméstica e suas causas..... | 39 |
| 2.4.2 Violência doméstica contra a mulher: uma questão de gênero..... | 43 |
| 2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A SAÚDE | 45 |
| 3 METODOLOGIA | 49 |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 49 |
| 3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES | 51 |
| 3.3 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA | 52 |
| 3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA | 53 |
| 3.5 CUIDADOS ÉTICOS | 54 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA | 55 |
| 4.1 PERFIS SÓCIOS DEMOCRÁTICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS..... | 55 |
| 4.2 PERCEPÇÕES DAS PARTICIPANTES SOBRE A VIOLÊNCIA SOFRIDA..... | 57 |
| 4.3 ANÁLISES E PERCEPÇÕES DAS PARTICIPANTES SOBRE O QUE É SER MULHER | 63 |
| 4.4 O CONTEXTO SÓCIO FAMILIAR DAS PARTICIPANTES..... | 65 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 69 |
| REFERÊNCIAS..... | 73 |
| APÊNDICE A..... | 79 |
| APÊNDICE B..... | 82 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “violência doméstica” surgiu pela minha trajetória enquanto aluna do curso de Psicologia da Faculdade Salesiana, pelas discussões e leituras feitas em sala de aula, bem como pela observação feita no meu cotidiano, que revela tratar-se de um problema social grave, presente nos meios de comunicação diariamente, representando para o estado e para toda a sociedade um grande desafio a ser enfrentado.

Uma pesquisa feita por Garcia e colaboradores, diante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil, nos anos de 2001 a 2011, mostra uma média de aproximadamente 5.000 mortes ocorrida por ano, acreditando-se que muitas ocorreram dentro do âmbito familiar, bem como no próprio ambiente doméstico.

Os dados dessa pesquisa retratam uma realidade preocupante para o Estado do Espírito Santo, sendo identificado como o estado do Brasil com maior índice de violência contra a mulher, e ainda, com um alto índice de mortes femininas por violência doméstica. Dentre os resultados encontrados, constatam-se no Espírito Santo 11,24 mortes para cada 100 mil mulheres – a média brasileira é de 5,82. E no estado de menor registro desse tipo de violência, Piauí o índice foi de 2,71, ou seja, no Espírito Santo os registros são seis vezes maior [...] (GARCIA, et al.; IPEA, 2013).

Além dessas constatações, outro ponto de motivação para a investigação dessa temática, está relacionado com o contato e convívio com mulheres que de uma certa forma foram vítimas de violência doméstica, trazendo para o convívio familiar situações que despertaram em nós a curiosidade de investigar a respeito das concepções acerca da violência presentes nas suas vidas. Outro aspecto que despertou interesse foram os efeitos emocionais advindos das agressões, compreender os aspectos familiares que influenciam a permanência da vítima na situação de violência, bem como compreender as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres que estão nessa situação.

Alguns estudos, (ANDRADE; FONSECA, 2008; BRASIL, 2008; DALHBERG, 2002; MINAYO, 1997; SAFFIOTI, 2004) sendo artigos, livros publicados sobre este assunto, mostram que os efeitos da violência são danosos para as mulheres que a sofrem, trazendo consequências sociais, físicas e mentais. Dentre as consequências sociais estão o isolamento, a dependência econômica e a perda do emprego; dentre

as consequências físicas estão as nódoas negras, dores de cabeça, aborto espontâneo, hemorragias, fraturas e problemas ginecológicos; dentre as consequências ao nível da saúde mental estão a baixa auto-estima, sentimento de incapacidade, ansiedade, instabilidade, irritabilidade, perda de memória, abuso de álcool e outras drogas. A dor do corpo aparece como reveladora do mal-estar no mundo. Mal-estares, assim, no plural, que diminuem o gosto pela vida, tiram o sono ou o trazem em demasia. Fazem a cabeça explodir em enxaquecas. Com os nervos à flor da pele, os ossos que se fazem sentir em sua dureza, a tensão que nos diz que a coluna que nos sustenta está se rebelando contra o estômago, por todo o corpo. Ter o coração palpitando, o fôlego curto, a ideia de morte iminente. Pânico, curto-circuito, grito da alma. Coisas que nos lembram nossa impotência, incapacidade de defender nosso maior – a vida digna (LUCENA, 2010, p. 172).

Nesse sentido, esse cenário fundamentou o desenvolvimento de um olhar mais apurado e crítico diante da concepção da violência doméstica, despertando, com isso, o interesse de investigar a concepção de violência entre as mulheres que são acometidas pela violência doméstica, participantes de um grupo de apoio, abordando-se, para isto, as discussões sobre o conceito de violência, gênero, contexto social, saúde e políticas públicas voltadas para as mulheres. Nessa linha de raciocínio, compreende-se a importância de uma investigação que envolva tanto as concepções subjetivas acerca do significado da violência sofrida pela mulher, bem como aos efeitos advindos dessa situação, já que tal agressividade afeta também seu estado psíquico.

Essa pesquisa foi realizada com mulheres que são atendidas e acompanhadas por profissionais de um núcleo de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica vinculada a uma secretaria de políticas públicas para mulheres, localizada no município de Serra, no Estado do Espírito Santo.

O município de Serra foi escolhido pelo alto índice de assassinatos de mulheres, ocupando dessa forma o 6º lugar no Brasil de assassinatos de mulheres (WAISELFISZ, 2012). Essa posição no ranking, apesar de devastadora possibilitou o desenvolvimento de medidas de proteção às mulheres vítimas de violência, implementando políticas públicas para essas mulheres (SANTOS 2012).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a consecução dos objetivos propostos, buscou-se fundamentações teóricas nas reflexões de autores que discorrem sobre as relações sociais de gênero, violência, família e saúde. Foram abordados também os aspectos conceituais com uma revisão bibliográfica envolvendo uma análise dos livros, textos, artigos.

Apesar de muitos estudos na temática da violência doméstica, essa investigação torna-se relevante ao analisar a compreensão da mulher em situação de violência acerca dos significados para a violência vivenciada construídos em seu contexto sócio-histórico-cultural, pois a “violência de gênero não é uma situação nova, ela é histórica e perpassa gerações” (SAFFIOTI, 1987, p. 80).

2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

A mulher vem ocupando um lugar no qual está em uma situação de subordinação, sendo vista como um objeto, de modo que enquanto estava solteira, era posse de seu pai, após se casar passava a ser posse de seu marido (TELES, 1999).

O papel da mulher como responsável pelas funções domésticas, incluindo a educação dos filhos, é retratada desde a pré-história, entre 100 mil a 40 mil anos atrás, durante o período Paleolítico com o surgimento da divisão do trabalho, de modo que o homem era o caçador, sendo algo imposto para ele, tendo já a tarefa da caça em seu papel de homem, e a mulher era apontada ao trabalho de colhedora (TELES, 1999).

Essa divisão dos afazeres, é algo que vem a partir das diferenças do corpo e da ciência, vida entre homens e mulheres. As mulheres eram vistas pela maior parte do tempo grávida e amamentando seus filhos, tendo assim a visão dos demais como responsável de cuidar e alimentar seus filhos enquanto seu companheiro ia caçar (TELES, 1999).

No período Neolítico, entre 6 e 12 mil anos atrás, inicia-se a prática da agricultura, em que o homem tem seu papel ampliado, passando a ser cultivador, praticando a

agricultura. A mulher passa a ser domínio desse homem, que exerce um papel de dominação sobre o bem “mulher” (TELES, 1999).

Desta forma observa - se que desde os tempos mais antigos a divisão do trabalho era notável a submissão da mulher ao parceiro e aos afazeres. Desde a Antiguidade, nos tempos da Mesopotâmia, já haviam costumes desfavorecendo a mulher, vindo do período entre 4000 a.C. e 2500 a.C. sendo que o rei tinha o direito de deflorar as mulheres recém-casadas, e no festival de ano novo havia uma tradição aonde sacerdote e sacerdotisa mantinham relações sexuais com o intuito de manter a fertilidade no ano que se iniciava. No mundo assírio, percebe-se uma relação entre homens e mulheres com uso da força física, e, sobretudo, direito a vida do outro, pois caso a mulher tenha cometido adultério o homem tinha o direito de puni-la com mutilação e até a morte. O casal em adultério poderia ser morto, sendo que a mulher poderia ter o nariz decepado e o homem castrado. Outra prática ocorrida nesse período era a chamada “hospitalidade sexual”, aonde o marido oferecia sua mulher aos hospede da casa (TELES, 1999).

Após na Palestina, entre 3000 a.C. e 1700 a.C., a finalidade do casamento era meramente para procriação e, caso a mulher traísse o marido haveria para ela uma condenação. As meninas se casavam aos 12 anos e quem escolhia seus maridos eram os próprios pais, sendo que a sua virgindade era muito valorizada. Nesta época a mulher no casamento exercia apenas o papel de gerar filhos e satisfazer as necessidades sexuais do seu marido. O casamento era algo divino, na visão dos hebreus para ser uma boa esposa, a mulher deveria ser uma dona de casa e nunca estar desocupada (TELES, 1999).

Em Roma a mulher não era reconhecida, pelo fato de não ter o nome próprio, pois elas eram nomeadas com o nome dos pais e era esperado da mesma a preservação da sua virgindade. Caso ocorresse uma relação sexual antes do casamento, o pai teria o direito de matar a filha. Nesta época tem o início da formação patriarcal, sendo a esposa como senhora do lar, com dever de tomar conta de tudo, gerando uma maior autonomia e um papel mais ativo na sociedade. Nesta época ainda permanece a punição severa, caso a mulher fosse pega em adultério (TELES 1999).

Na idade Média junto com o cristianismo começa a ocorrer o delineamento da sociedade patriarcal. A mulher era vista como uma ameaça sexual pela tentação que gerava nos homens, sendo caracterizada desta forma como instrumento do diabo.

Nesta mesma época ainda ocorrem algumas conquistas, a mulher começou a constituir uma reserva de força de trabalho pelo fato do marido estar nas guerras, passando a ter um maior acesso a educação e cultura (TELES, 1999).

Na idade moderna, outras mudanças permearam o papel da mulher na sociedade, passando a ter direito de se casar mais tarde, com idade semelhante de seu parceiro, nesse contexto, a mulher estaria mais madura e mais crítica na criação dos filhos. A estrutura familiar na idade moderna é caracterizada por uma família constituída por pai, mãe e filhos. Essa configuração também apresenta uma mulher, dona de casa, com uma conduta frágil, dependente, que necessita de um amparo e que precisa ser dominada por um homem forte, por sua vez o papel masculino se caracteriza por um homem caseiro e devotado à família, permanecendo fora do lar apenas por situações de trabalhos (TELES, 1999).

Ao longo do processo histórico, as questões femininas foram se fortalecendo na luta contra o patriarcado, pela admissão de mulheres nas universidades, por melhores oportunidades de trabalho e para receber a custódia dos filhos em caso de divórcio. O movimento feminista é fortalecido na segunda metade do século, que leva ao surgimento de novos tipos de trabalhadoras, como secretarias, datilógrafas, balconistas e professoras primárias. Neste sentido, um dos aspectos revolucionários da libertação da mulher é o seu senso de independência sexual (TELES, 1999).

Apesar dessa luta contra o patriarcado, do domínio masculino sobre a figura feminina, no contexto brasileiro a mulher continuou sendo vista como um objeto de dominação, de um bem a ser empossado, o modelo de família patriarcal predominou na vida e na política brasileira (CHAUÍ, 1989).

Nesse contexto, os papéis permaneceram sendo definidos de acordo com o sexo, ou seja, papéis definidos sob uma condicionalidade de gênero, sendo a mãe exercendo os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos e o pai exercendo seu papel de provedor de sustento, detentor da autoridade (CHAUÍ, 1989).

De acordo com Delta (2005, p. 32):

Cada época, a seu modo, influencia o sujeito na forma de pensar e de agir. Ao passarmos os olhos pela história da humanidade, percebemos que alguns períodos marcaram profundamente a construção da identidade [...] Além disso, para a constituição de si mesmo, do *self*, o sujeito agrega tendências específicas do conhecimento, reduzindo-se, por exemplo, a

estímulos e respostas na concepção behaviorista, ou a determinismo social na perspectiva histórica e antropológica, assimilando, em sua construção identitária, particularidades e valores específicos de cada momento.

Assim, a ideia de gênero está sempre presente nestes contextos, conforme uma subordinação do feminino ao masculino, trazendo a visão da mulher perante as atividades do lar, visto como algo da sua própria natureza, que está embutida na nossa cultura desde os tempos antigos até os dias atuais (LUCENA, 2010).

Desta forma, o conceito de gênero, segundo Teles (1999), não é exclusivamente biológico, social ou psicológico, mas um produto de suas interações. Este conceito é historicamente construído a partir de vários componentes presentes em diferentes épocas e por várias influências. Nesse sentido, o papel da mulher construído historicamente perpassa o domínio do homem sobre a mesma, assim a condição de submissão é reforçada e vinculada a sua função, submissão essa que pode ser associada a um dos fatores para a ocorrência da violência contra a mulher.

Para Lucena (2010, p.186):

Atacar o corpo/mente da mulher significa lhe impor a condição de submissa. Por isso mesmo, as agressões têm sempre o caráter psíquico articulado ao físico. O ser em totalidade sofre no corpo/alma que são inseparáveis. As feridas do corpo/alma, visíveis ou não, por isso mesmo, representam o ser em sofrimento. A linguagem corporal constata, através da dor, a destruição da autoestima feminina [...].

A submissão também está atrelada as relações de poder existentes em situações de violência, Zuma (2007) reforça que a relação de poder do homem sobre a mulher é devida a diferença social entre eles, sendo também uma violência de gênero.

Neste contexto Zuma (2007, p. 26) afirma que,

A violência contra a mulher se revela como um grave problema social e estima-se ser o causador de um maior índice de morte do que o próprio câncer, acidentes de carro, entre outras, por conta da grande opressão, domínio e crueldade, levando ao assassinato, estupros, abusos de forma física, sexual e até mesmo emocional.

Leão e Marinho (2002, p.34), também trazem esta visão de que, “as mulheres vítimas de violência estão mais expostas a complicações reprodutivas, tentativas de suicídios, depressão, dores crônicas e uso de álcool e drogas”.

Oliveira; Schraiber (1999), citado por Conselho Nacional de Secretários da Saúde (2009), afirmam que desde 90 a violência doméstica é tratada como uma questão de saúde, pois a violência de gênero afeta a saúde física e mental e causa trauma

físico, esses pontos têm sido destacados e notificados na procura aos serviços da saúde.

Diante deste cenário, há aproximadamente três décadas, a violência passa a ser considerada como questão social, sendo considerada como título de justiça e de direitos humanos, passando a ser denunciada e investigada havendo, inclusive, a intervenção do poder público na criação de políticas públicas voltadas para esta área. Essas conquistas foram resultados da mobilização de grupos de mulheres e de organizações não governamentais que, além de denunciarem, começaram a intervir principalmente no âmbito da violência contra as mulheres.

A exemplo dessa mobilização têm-se a campanha internacional de ativismo que propõe o fim da violência contra as mulheres. Esta campanha acontece há dezenas de anos e é promovida e articulada por entidades feministas, associações de mulheres e de direitos humanos, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas. Toda essa mobilização visa a criação de políticas públicas voltadas para a redução da violência doméstica, ressaltando a responsabilidade do estado, de toda a sociedade e não apenas só das mulheres (ANDRADE; FONSECA, 2008).

Uma das conquistas mais importantes do movimento ativista no Brasil trata-se da Lei n. 11.340/2006, chamada de Lei Maria da Penha, foi publicada 7 de agosto de 2006 e batizada com este nome pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem a uma vítima da violência e ícone da luta contra a violência doméstica no Brasil, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia. Essa lei foi embasada no parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal, na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, na Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e em outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme refere o art. 1º da citada lei (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha trouxe as conquistas e garantias dos direitos das mulheres, buscando uma forma de prevenção e punição à violência contra a mulher (BRASIL, 2006)¹.

2.2 FAMÍLIA

¹ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Internacional para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, e dá outras providências.

O conceito de família para Wald (1988), se modifica através dos tempos, tendo significado diferentes ou semelhantes numa mesma época. Em Roma o conceito de família se confundia com o patrimônio que as pessoas possuíam, ou seja, era diferente da ideia de ligação por grupo sanguíneo e pela existência de um núcleo de sujeitos a uma mesma autoridade.

Na sociedade atual o conceito de família perpassa vínculos gerados pela consaguinidade entre as pessoas, ou seja, os descendentes de uma mesma árvore genealógica; e um outro conceito, que amplia a definição de família, abrangendo tanto os vínculos de consaguinidade quanto vínculos afetivos. Nesse sentido, família é considerada casal com filhos legítimos, adotivos ou qualquer outra pessoa que mantenha uma ligação afetiva, incluindo até mesmo empregados domésticos. Com isso, há uma abrangência no significado da palavra família (WALD, 1988).

A ideia de vínculo afetivo está presente em todas as sociedades, inclusive em outras espécies de seres vivos. Por diversas razões, existe a necessidade do estabelecimento desses vínculos, seja para o acasalamento, seja para a perpetuação da espécie ou simplesmente por receio da solidão. As pessoas buscam felicidade estabelecendo uma relação com alguém, ou seja, a ideia de felicidade é algo almejado e para sua concretização é necessário o encontro de duas pessoas (WALD 1998, apud RKENICZ, [19--]).

Segundo Dias (2007), a própria organização da sociedade dá-se em torno da estrutura familiar, onde os indivíduos se unem por uma química biológica, diante disso, a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito.

Foi na sociedade romana que aparecem pela primeira vez a expressão família, e naquela época o termo designava um novo organismo social, que era um grupo de pessoas constituído pela mulher, os filhos, um certo número de escravos, chefiados pelo homem que tinha o pátrio poder romano sobre todos estes incluindo o direito de vida e de morte (SILVEIRA, 2012).

Diante disto, Bock (2008, p. 237), também apresenta uma visão da família monogâmica, mostrando este “poder”, este controle que o homem tinha, diante da sua família. Desta forma descreve:

A família monogâmica, que se funde sobre o casamento de duas pessoas, com obrigação de coabitação exclusiva e a fidelidade, o controle do homem sobre a esposa e os filhos, a garantia de descendência por consanguinidade e, portanto, a garantia do direito de herança aos filhos legítimos (a garantia da propriedade privada). A ideia de propriedade – criar; possuir e regular por meio de direitos legais sua transmissão hereditária – introduz essa forma de organização familiar: é necessário ter certeza sobre a paternidade dos filhos e de que o patrimônio não sairá da família (BOCK, 2008, p. 237).

Silveira (2012, p. 8) também cita que:

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família, já entre os povos civilizados, é o patriarcado, uma forma de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Já a família monogâmica, que nasce no período de transição entre a fase média e superior da barbárie, é expressão da grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo e coincide com o triunfo da civilização nascente. Baseia-se no predomínio do homem, o qual tem como finalidade procriar filhos cuja paternidade seja.

Vivemos em uma sociedade onde se busca a igualdade social para todos os homens, incluindo a igualdade de direitos entre homens e mulheres e cabe ao Estado a promoção de ações que possibilite a melhoria de qualidade de vida para todos (SILVEIRA, 2012).

A família é a primeira e principal instituição que compõem a nossa sociedade, conforme Carvalho ([20--], p. 9),

[...] na sociedade burguesa a formação familiar era ligada aos laços sanguíneos e a habitação em comum cujos membros se limitavam ao pai, mãe e filhos, sendo que o pai era o provedor do sustento, tinha contato com a vida social e o mercado de trabalho, já a mãe tinha como obrigações os cuidados domésticos e com os filhos, desta forma a esposa e filhos deviam obediência irrestrita ao seu provedor, esse modelo de formação familiar era conhecido como patriarcal e nessa época o casamento era ligado aos negócios e tido como união eterna [...].

Carter; McGoldrick, (2001); Ferrari; Kaloustian, (2004) citado por Faco; Melchiori (2009) traz a representação da família como um espaço de socialização, onde ocorre o desenvolvimento tanto individual como grupal, no qual praticamos um exercício para a obtenção de cidadania.

Woortmann, citado por Sarti (2003), conferem à família o exercício de papéis estabelecidos a partir de um modelo idealizado de configuração, em que a figura materna tem a responsabilidade de cuidado aos filhos e da casa, e o homem detentor da figura paterna e de chefe de família, de função provedora. Nesse sentido, Sarti (2003, p. 62) concorda em afirmar que “[...] o dever do homem é trabalhar, trazer o dinheiro em casa e ser um pai de família para dar respeito na casa dele [...] tendo moral” (SARTI 2003, apud WOORTMANN, 1982).

E assim afirma-se a essência de cada família, objetivando o exercício de papéis bem estabelecidos para o desenvolvimento de uma boa família, sendo o homem figurando como autoridade em que deve ser modelo de bons exemplos aos membros da família, porque esta honra que o pai irá desenvolver dentro de seu lar, tem que compor com a autoridade e não só apenas exercer a autoridade, porque “mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico”, diante dessa questão não há como pensar as relações familiares desarticulado às relações de poder ou de autoridade (SARTI 2003, apud COSTA, 1993, p. 63).

Ainda, Carvalho (2005, p. 130) caracteriza a família como uma instituição que está passando por grandes mudanças, isso vem acontecendo desde o início do século XX, como expressa a autora:

A sociedade moderna caracteriza-se por grandes mudanças nos campos da economia, da política e da cultura, afetando significativamente todos os aspectos de existência pessoal e social. Essas mudanças repercutem fortemente na vida familiar, desde o modelo de formação até o provedor do sustento, entre outros aspectos.

Este cenário de mudanças nos remete a pensarmos para além dos membros da família, mas também as próprias perspectivas sociais e culturais que estamos vivenciando hoje e observando a forma como as famílias estão se organizando a partir das grandes transformações pelas quais passam influenciando e sendo influenciadas pela sociedade, escola, meio de comunicações, entre outras instituições (DESSEN, 2000).

Com todas as transformações sociais ocorridas, alguns autores (KALOUSTIAN 2000, apud NEDER, 2000; CARTER, B.; MCGOLDRIK, M, 2001) apresentam as configurações de família acompanhadas dos fenômenos sociais que a influenciam, sendo essas, modificadas, ampliadas nas concepções de família, nesses casos, as famílias são compreendidas como famílias homoafetivas, famílias com recasamentos, famílias reorganizadas após divórcio. Desta forma, a perspectiva acerca da família é ampliada, cabendo repensá-la sem idealizações.

Independente de sua configuração será na família que obteremos os nossos conhecimentos e aprendemos a desenvolver os nossos comportamentos aprendidos. Diante desses comportamentos que fundamentamos a cultura de cada família, grupo social, e será dentro desse contexto que conseguimos observar como

que temos diversas culturas em uma só sociedade (KALOUSTIAN 2000, apud NEDER, 2000).

Em contribuição, Minuchin citado por Facó; Melchiori (2009) compreende a família como uma organização, onde obtemos os nossos valores e crenças. É na família que buscamos adaptação para nossa sobrevivência. A família sempre irá mudar na medida que a sociedade for mudando, e com essa mudança todos os membros são afetados de uma forma ou de outra, seja por influências internas ou externas, e isso acaba assegurando a organização da família ou havendo um crescimento psicossocial dos membros, pois essas mudanças que estão ocorrendo na sociedade, na política, cultura e economia obrigam a sociedade repensar e reorganizar os costumes básicos para poder amparar a nova ordem familiar (FACÓ; MELCHIOR, 2009 apud MINUCHIN, 1988-1985).

Em termos brasileiros, dados do IBGE (2003) demonstram um panorama geral das famílias brasileiras com relação à composição das famílias rurais e urbanas.

O arranjo familiar nuclear é o que possui maior percentual, embora ocorra mais em famílias da área rural (57%) do que da urbana (48%). Um tipo de arranjo familiar que vem crescendo na cidade (13%) é a de famílias onde há a mãe e os filhos, ocorrendo em cerca de 7,5% na zona rural. Quando há outros parentes morando junto, essa diferença praticamente se mantém (3,5% e 1,8%, respectivamente) (FACÓ; MELCHIORI, 2009).

Kaloustian (2000) mostra a família como principal responsável pela fonte da alimentação e da proteção da criança, desde a infância até a adolescência, pois segundo esse autor é dentro da família que se inicia a cultura, as normas que constitui a sociedade, os valores e as regras sociais.

2.3 AS FACES DA VIOLÊNCIA

No intuito de discutir a violência doméstica, faz-se necessária uma reflexão acerca dos conceitos sobre o fenômeno da violência, a partir de uma concepção histórica.

O tema violência ocupa cada vez mais as páginas de jornais, os debates na TV e entre especialistas de diversas áreas do conhecimento, inclusive da Psicologia. Todos procuram compreender por que a violência tem se generalizado as relações humanas em muitos lugares do mundo e também o que fazer para erradicá-la. É um tema que diz respeito a todos os cidadãos, particularmente dos grandes centros urbanos que vivem um ambiente de insegurança coletiva, cuja característica é o medo sócia. A violência é uma produção humana, não se resume ao crime, embora essa seja sua face mais descarada; a tolerância e a paz também são construções humanas (BOCK, et al., 2008, p. 330).

Alguns estudos consideram a violência como um fenômeno complexo e de difícil conceituação. De acordo com Dalbergh; Krug (2006, p. 1165), “toda análise abrangente da violência deve começar pela definição de suas várias formas, de modo a facilitar a sua medição científica. É possível definir a violência de muitas maneiras”.

Conforme Abramovay (2005, p. 53), também aponta seu ponto de vista,

Apresentar um conceito de violência requer uma certa cautela, isso porque ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais (ABRAMOVAY, 2005, p. 53).

Atualmente o fenômeno da violência tem sido colocado na pauta das diferentes instituições, inclusive da área da saúde, sendo considerado pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (2009) como uma “epidemia silenciosa” pelos graves riscos que representa para a saúde tanto de quem comete o ato violento quanto para a vítima e também para quem cuida.

Em 2002 a Organização Mundial de Saúde divulga o relatório mundial sobre Violência e Saúde, no qual define o problema como:

[...] uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002 apud DALHERG; KRUG, 2006, p. 1165).

Para Melo (2010), violência é qualquer ato feito por indivíduos, grupos, classes trazendo danos para saúde das vítimas, sejam estes danos físicos, emocionais, morais e até espirituais. Assim, a violência atinge a condição humana, exigindo um esforço do indivíduo para superação da situação de violência, nesse sentido, a constituição histórica social do indivíduo fará diferença na forma como a violência será vivenciada.

Percebemos, portanto, uma relação entre a violência e a cultura, em que cada sociedade, dentro de épocas específicas, apresenta formas particulares e peculiares na configuração da violência. Da mesma forma, a violência social, política e econômica da época colonial brasileira não é a mesma que se vivencia hoje, num mundo que passa por grandes transformações (MINAYO, 1999).

As sociedades mais violentas usam a força e o poder para obter privilégios, acreditando que a pessoa sobre o seu domínio será submissa a ela e fará tudo o que o agressor quiser, não se importando com os danos causados a esta vítima (MINAYO, 1999).

Saffioti (2004, p. 17), configura a violência como uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral, entre outras. De acordo com a autora:

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, a violência sofrida, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem.

A explicação para as causas de violência vem sendo estudadas, principalmente a partir de meados do século passado em duas dimensões: Na primeira busca-se as motivações individuais e os processos que levariam as pessoas a se tornarem criminosos e na outra se investiga as relações entre taxas de crime e as variações nas culturas, organizações e instituições socioeconômicas. Sabe-se, portanto que a natureza do comportamento criminal envolve diversas motivações individuais (emocionais e racionais), incluindo “as relações familiares, interpessoais, as restrições institucionais, econômicas, as influências das culturas e das subculturas” (BATITUCCI, 2007).

Odalía (2004, p. 22-23), discute, contudo, outra dimensão, trazendo um aspecto mais sutil do conceito de violência, a sua simbologia nas relações de poder e de gênero.

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violento demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas (ODALIA, 2004, p. 22-23).

Esta violência simbólica pode ser demonstrada em uma dimensão escolar, no intuito de ilustrar este conceito, sendo,

A falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o

absenteísmo e a indiferença dos alunos (CHARLOT apud ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 69).

Desta maneira, mostrando outra visão da violência, apontando mais um aspecto da visão de poder, relacionado a violência, sendo algo que ocorre em lugares nem sempre esperado (ABRAMOVAY, 2002).

No que concerne ao comportamento violento, alguns estudos (CAETANO et al., 2001 apud DEEKE et al. 2009), apontam para a ingestão do álcool como uma explicação para a causa da ocorrência da situação de violência. Esses autores descrevem que o efeito do álcool é utilizado como um fator desencadeador do ato agressor, utilizado como uma justificativa para a sociedade, que pode ser aceitável já que sob o efeito do álcool os indivíduos podem não ter consciência de seus atos e dessa forma, dificuldades em sua responsabilização.

Cunha e Novaes, (2004); Dick e Bierut (2006) apontam que ao longo dos anos, o consumo do álcool, só vem aumentando pelos indivíduos. Os autores constataram que junto a esse consumo temos associado o prejuízo tanto individual, como para sociedade, com índices alarmantes da agressão.

Assim, de acordo com Deekee et al (2009) alguns aspectos são utilizados para caracterizar os efeitos do uso do álcool como um artifício para justificar o ato violento. Temos o efeito desinibidor provocado pelo uso do álcool, utilizando como uma desculpa para poder chegar ao ato da violência, assim justificando este comportamento agressivo. Outra dimensão ligado ao uso excessivo da ingestão do álcool, nada mais que um fator que pode denunciar outro quadro, ou seja, o de um sujeito com uma personalidade impulsiva.

Os efeitos do uso abusivo do álcool parecem ter relação direta com o comportamento de agressão, já que em seus estudos, Deekee et al (2009) conseguiram constatar a partir de entrevistas realizadas que os indivíduos alegam que o fato de estarem alcoolizados, pode acarretar na facilidade de obter a agressão.

Em concordância, Zilberman; Blume (2005), afirmam que o uso do álcool está presente em 50% dos casos de agressão, o perfil dos entrevistados mostram homens casados e que fazem uso abusivo do álcool, o estudo explana que ao estarem sob a influência do álcool aumenta a probabilidade de cometerem ato de agressão, seja ela psicológica, física, negligência e sexual. Neste estudo, também

foi feito com homens em tratamento, que vieram a relatar que pelo menos uma vez ao ano chegaram a agredir suas esposas.

O uso do álcool parece estar associado como um fator desencadeador da violência contra a mulher, entretanto, há de ser considerado que a violência doméstica apresenta características peculiares, fazendo também parte de um ciclo que em muitos casos não está diretamente ligado ao uso do álcool, mas sim com o estabelecimento de outras facetas na relação do casal.

Classicamente, o ciclo de violência se desenvolve em quatro fases e de maneira repetitiva. A cada etapa, o perigo aumenta para aquela que o sofre. Uma fase de tensão, de irritabilidade do homem, relacionada, segundo ele a preocupações e dificuldades da vida cotidiana. Durante essa fase, a violência não se manifesta diretamente, mas transparece por mímicas (silêncios hostis), por atitudes (olhares agressivos) ou pelo timbre de voz (tom irritado). Tudo que a companheira faz o enerva. Esta, sentindo tal tensão, se acolhe, esforça-se por ser carinhosa, por acalmar as coisas para que a tensão baixe. Com isso, renuncia a seus próprios desejos e age de maneira a satisfazer o companheiro. Durante essa fase de aumento de violência, o homem tende a responsabilizar a mulher por suas frustrações e pelo estresse de sua vida. É evidente que as razões por ele invocadas não são mais que um pretexto, e em momento algum a causa da violência [...] (HIRIGOYEN, 2006 apud LUCENA, 2010, p. 190).

2.4 TIPOS DE VIOLÊNCIA

Segundo Brasil (2001), a violência Intrafamiliar é manifestada de várias formas, tendo quatro formas mais conhecidas, que é a física, psicológica, negligência e sexual.

A violência física é quando algum indivíduo causa ou tenta causar algum tipo de ferimento, seja ele aparente ou não, podendo ser interno ou externo e até mesmo o castigo muito severo começou a ser um tipo de violência física, de forma que essa violência pode vir a ocasionar em danos tanto físico como psicológico para o indivíduo, podendo vir a ser um dano até mesmo permanente, levando até mesmo a morte.

Já a violência psicológica é quando algum indivíduo vem à causa danos na autoestima, identidade, no desenvolvimento da pessoa, fazendo com que ela se sinta desvalorizada, podendo acarretar em ansiedade fazendo com que a pessoa adoça com facilidade. Pode ser considerada como uma das violências mais difíceis

de ser diagnosticada e em algumas situações pode-se ter a ocorrência de um suicídio.

Minayo (2006) apresenta também esta violência psicológica como forma de humilhação, ameaça, por parte do homem, que impede a mulher até mesmo de trabalhar em espaços públicos, responsabilizando-a pelo cuidado e educação dos filhos, afastando-a dos familiares, privando-a de afeto e até mesmo de assistência médica.

Em Koller (1999, p. 36) também observamos o caráter agressor da violência doméstica, mostrando um prejuízo relacionado ao estado emocional da mulher. Ocasionalmente também a violência psicológica, pois além de ser agredida fisicamente, também tem sua autoestima e autoimagem afetadas, a relação com o parceiro envolve a “humilhação, exploração, degradação, rejeição, isolamento, terrorismo, corrupção e agressão verbal”. Diante deste mesmo aspecto a autora, mostra a visão da violência doméstica relacionando atos de hostilidade e grandes agressões.

A negligência ocorre quando há um desinteresse pelo próximo, levando ao abandono, falta dos cuidados, deixando de haver aquela proteção levando a pessoa a chegar em alguma situação de risco. E pode vir a ser também uma forma de negligência quando um indivíduo observa o outro em risco, sofrendo e não busca ajuda, ver e deixar aquele fato ocorrendo. Nesse sentido, percebe-se que a negligência vem a trazer atraso e prejuízo no desenvolvimento pessoal e profissional e até mesmo problemas na saúde da pessoa.

Por fim, a violência sexual é quando uma pessoa obriga outra pessoa a fazer práticas sexuais sem a mesma querer, desta forma obtendo força física e até mesmo uso de armas ou drogas.

Desta forma a violência doméstica contra a mulher pode ser manifestada e conhecida de várias formas, mas obtém esta identificação por acontecer dentro do lar e muitas vezes pelo marido ou alguém que já teve tipo de relação com a vítima. Sendo assim muitas vezes a descoberta da ocorrência de violência física, se dá pelas marcas visíveis no corpo e pela violência psicológica que traz sérios danos na estrutura emocional da mulher. Dessa forma, independente do tipo de violência sofrida, há de fato uma violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais,

assim é dever do Estado Brasileiro a garantia dos direitos humanos, sendo esses direitos a qualidade da saúde destas mulheres (FONSECA, 2008).

Segundo Schraiber et al (2000), apontam o alto índice de violência que ocorre com mulheres acima de 15 anos e na vida adulta, estando presente a agressão física e a relação de gênero, que são em grande maioria a violência doméstica.

Minayo aponta também a violência social, sendo uma forma de violência contra mulher. Esta violência nem sempre é reconhecida como tal, nem mesmo pelas próprias mulheres que a sofrem (MINAYO, 2006, apud OLIVEIRA; ZAMPROGNO, 2010, p. 36).

Sendo uma violência materializada sob uma forma de atribuir menores salários a mulher que ao homem, discriminação pela sua aparência ou mesmo por sua condição de gênero. Estando também presente a promoção e exploração da prostituição e do turismo sexual de meninas e de mulheres adultas (MINAYO, 2006, apud OLIVEIRA; ZAMPROGNO, 2010, p.36).

Mesmo sendo a partir de uma relação de desigualdade social, a violência contra mulher constitui uma violação dos direitos humanos e um grave problema social e de saúde pública. Esta situação vem ocasionar a morte, incapacidade e até vem a anular a autonomia da mulher, influenciando seu convívio na sociedade.

Segundo Zuma et al (2007) as mulheres que são atingidas pela violência física, ficam mais vulneráveis aos outros tipos de violência, como a prostituição, o uso de drogas, à gravidez indesejada, às doenças ginecológicas, aos distúrbios sexuais, ao suicídio, às doenças sexualmente transmissíveis, o aborto espontâneo, às desordens psicológicas e até mesmo a depressão vindo a trazer danos físicos a mulher.

Para Leão e Marinho (2002, p. 34) “tem sido comprovado uma associação da violência nas relações de gênero com a maior ocorrência de diversos problemas de saúde física e mental e conseqüentemente maior utilização de serviços de saúde”.

Estas mulheres que sofrem e obtêm parceiros violentos passam por dificuldades para poder conseguir negociar o sexo seguro e assim não acontecer uma gravidez indesejada. Nesses casos, a ocorrência de violência sexual é uma realidade e assim a estimativa de ocorrência de gestações decorrentes de violência sexual tem oscilado entre 1 e 5%. Na maioria das vezes, a violência inicia ou aumenta de intensidade e frequência durante a gravidez e infelizmente a violência doméstica pode ser duas vezes mais comum para as grávidas (ZUMA et al., 2007).

Ainda para os autores supramencionados, as mulheres grávidas que estão em situação de violência geralmente enfrentam obstáculos para ter acesso aos serviços de saúde, pela própria dificuldade dos serviços conseguirem identificar a situação de violência que se encontram, ainda que isso esteja na raiz do problema que essas mulheres apresentam. Estas violências trazem sérias consequências para mulher, de forma que podem vir a ocasionar na morte materna e fetal (ZUMA et al., 2007).

Nesse sentido, as políticas públicas têm um fundamental papel a ser exercido como tutoras da resiliência em uma rede de proteção a vítimas de violência, de forma que ajude na promoção da resiliência das mulheres, dos cônjuges e dos seus filhos, tendo também como fundamental compromisso, a garantia da informação sobre a saúde e sobre os direitos da mulher, assim ocorrendo a participação ativa da mulher, como um sujeito de direito dos serviços (ZUMA et al., 2007).

Com relação às políticas públicas “as mulheres em situação de violência procuram os serviços de saúde por agravos à saúde física, mental e reprodutiva, como consequência dessa agressão”. A procura por serviços dá-se pela esperança de encontrar ajuda de profissionais diante da situação em que se encontram, dessa forma pode-se trabalhar a resiliência a partir da violência vivenciada (MELLO et al., 2002 apud LIMA, 2004, p. 172).

A resiliência pode ser desenvolvida a partir de um trabalho realizado por parte de instituições ou indivíduos que fornecem apoio, afeto, convivência, processos educativos às pessoas em situação de violência, revertendo o papel de vitimização e trazendo a ressignificação do trauma, assim podendo torná-las mais resistentes e maduras para enfrentar as dificuldades que ocorrem na vida (ZUMA et al., 2007, p.71, apud CYRULNIK, 2004).

A diminuição da desigualdade de gênero passou a ser um foco de trabalho no que tange às políticas públicas em defesa da mulher,

A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade e presença política (BRASIL, 2013, p. 10).

A partir de 2003, as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres são ampliadas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das

mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (BRASIL, 2011, p. 7).

A assistência e acompanhamento à vítima de violência doméstica se tornou um direito a partir da implementação da Lei Maria da Penha. Em seu artigo 5º define violência doméstica como:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I — no âmbito da unidade doméstica [...]

II — no âmbito da família [...] III — em qualquer relação íntima de afeto [...].

Percebe-se que a partir dessa lei, o reconhecimento como unidade doméstica envolve o convívio de pessoas sob um mesmo local, independente de uma vinculação sanguínea, acompanhando a definição de família na contemporaneidade, compreendido como um grupo de pessoas ligadas por uma identificação a partir de laços naturais, afinidades, afetividade ou vontade expressa. Em se tratando de uma ocorrência de situação de violência, independente do agressor e vítima manterem uma convivência sob a mesma residência, ainda assim considera-se violência doméstica de acordo com a lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Essa lei é inovadora e também polêmica, para Campos (2010), o foco de atenção direcionado à Mulher, a partir da Lei Maria da Penha, proporcionou um olhar diferenciado e cuidado, trazendo proteção para as vítimas, de uma forma que ficou explícito os tipos de violência a que as mulheres eram submetidas, não somente a violência física, mas também a psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

Após a promulgação da lei Maria da Penha, as mulheres que estavam em situação de violência, que sofriam a opressão advinda da situação, tiveram a seu favor uma lei, baseada no resgate dos direitos da mulher, visando a recuperação da dignidade, buscando ajudar na luta pelas conquistas do respeito de todos.

A violência doméstica antes da Lei Maria da Penha era tratada no âmbito da família como um problema privado, após a lei os agressores passaram a ser punidos. Outro benefício da Lei Maria da Penha é a agilidade com que os casos envolvendo crimes contra as mulheres podem ser analisados e as providências cabíveis tomadas conforme a situação. Isso significa que quando a notícia de um crime enquadrado na Lei n. 11.340/2006 chega até uma delegacia de polícia, os procedimentos adotados divergem dos demais casos, uma vez que essa norma jurídica determina especificamente as providências legais cabíveis a serem tomadas pela autoridade policial e seus agentes (BRASIL, 2006).

A Lei prevê ainda, que os casos de violência doméstica sejam atendidos nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher — DEAMs, que são Departamentos de Políticas Judiciárias – DPJ e as Delegacias de Políticas – DP. Sendo as principais portas de entrada para o atendimento à mulher vítima de violência. São neste espaço que as mulheres farão os registros da ocorrência da violência sofrida, receberá os procedimentos necessários para realizar os exames de corpo e delito para comprovar a natureza e a extensão da violência sofrida. A polícia civil cabe, se necessários, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar, quando necessário, como também remeter ao juízo o pedido de medidas protetivas de urgência, tais como o afastamento da residência e proibição de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância

Brasil ([20--] p. 25) apresenta a função de cada órgão ao atender uma mulher vítima de violência, dizendo que:

Intervir em situações de violência não é tarefa fácil e nem de exclusividade de um setor. Faz-se necessário a atuação qualificada e competente de diversos órgãos dos poderes públicos a fim de garantir um cuidado integral. Atender as mulheres que sofrem violência é zelar pelos Direitos Humanos das Mulheres. Esta situação precisa ser compreendida por todos os atores que fazem o atendimento direto ou indireto a estas mulheres.

Desta forma temos o órgão da Polícia Militar, com o intuito de prestar serviço na comunidade, em caso de brigas, conflitos e até em muitos casos é a polícia que presta os primeiros atendimentos as mulheres vítimas de violência.

[...] conduzem a vítima, o agressor e as testemunhas à delegacia de Polícia para registro do BO, ou para um hospital, quando o caso for de emergência. Após decreto nº 06/2011 da Secretaria de Segurança Pública do ES (SESP), os Policiais Militares devem tomar o depoimento do agressor no ato do flagrante, e este depoimento deve constar no autos do processo instaurado pelas autoridades competentes (BRASIL, 2006, p. 46).

Em continuidade, existe a Casa Abrigo, que são lugares que abrigam estas mulheres com seus filhos em caso de violência ou risco de vida. Trabalhando com o foco na autoestima, frisando suas promoções perante seus direitos como cidadãos. Também ocorre atendimento psicológico e de assistência social, junto com outros serviços, mediante a cada situação, cada caso, sempre frisando o sigilo dos relatos, do endereço do local da casa, para evitar o acesso do agressor (BRASIL, 2006).

Há também o Serviço de Saúde, que os “[...] postos de saúde, os prontos-socorros, as clínicas e hospitais”. Estes hospitais são apontados como locais de maior número

de detecção da violência doméstica, sendo necessário o preenchimento das notificações ao detectar a violência. Também tem presente os Centros de Referências de Atendimentos às Mulheres Vítimas de Violência, que são órgãos públicos, aonde ocorre atendimento destas mulheres, aonde dão apoio, orientação, de forma a encorajar estas mulheres a prestarem queixa perante ao ato da violência na DEAMs, assim registrando o BO. Desta forma à “[...] Defensoria Pública, cuidam de amparar as mulheres até elas conseguirem a recomendação para o serviço de proteção, como a Casa Abrigo” (BRASIL, 2006).

A Defensoria Pública é o órgão que ajuda quem não tem renda o suficiente para poder ter acesso a área jurídica, defesa pública. Esse órgão tem um papel importante na orientação e assistência a mulheres em situação de violência, além de dar apoio nos conflitos, ajudando a dar soluções para elas.

[...] Conforme preceitua p artigo 134 da Constituição Federal, “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º”. Neste sentido, a implantação dos serviços de Núcleo ou Defensoria da Mulher deve estar pautada na política pública de atendimento às mulheres em situação de violência que necessitam de assistência jurídica integral e gratuita e na utilização dos meios jurídicos existentes para a defesa da mulher (BRASIL, acesso em out. 2014, p. 27).

A criação dessa Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento destes problemas, vinculada à saúde da mulher e subordinadas ao Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes e Violência, tendo em vista a importância do aprimoramento das ações de saúde. A violência contra mulher como um problema de saúde pública, principalmente ligada ao contexto da saúde da mulher, explicita a necessidade de garantir o atendimento integral a essas mulheres. Desta forma, visa-se a capacitação dos trabalhadores da saúde na identificação de vítimas de agressão, sendo esses capazes de ouvir sem julgar e prestar todas informações necessárias para as vítimas (ZUMA, 2007).

Visando sempre a dificuldade de conseguir romper com a situação da violência e ir buscar ajuda por isso a importância dos variados direitos e serviços públicos hoje existentes, porque como traz Noos (2010) a permanência no relacionamento pode vir engajado em vários contextos, seja econômico, emocional, pelo fato de sentir medo de não conseguir viver longe do marido, pelo fato de ver como o homem que ela escolheu para sua vida, para ter uma família. Aliado a isso tem também a questão cultural que muitas vezes é imposto pela família, a condição de permanecer

no casamento até o fim, pelo fato do preconceito, religião. Um outro aspecto esta relacionado a grande esperança que a mulher tem na mudança de comportamento agressivo do marido.

2.4.1 Violência doméstica e suas causas

A violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar (BRASIL, 2006, p. 22, grifo do autor).

Todos podemos ser vítimas de violência doméstica. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil. .

A violência doméstica engloba diferentes tipos de abuso tais como:

violência emocional: qualquer comportamento do(a) companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente inclui comportamentos como: ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros.

violência social: qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do(a) companheiro(a), através de, por exemplo, impedir que este(a) visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefônicas, trancar o outro em casa.

violência física: qualquer forma de violência física que um agressor(a) inflige ao companheiro(a). Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o(a) companheiro(a) obtenha medicação ou tratamentos.

A violência contra a mulher não é um caso isolado, ou seja, não ocorre somente em nosso país, já que políticas de outros países apóiam a criação de lei severa àqueles que cometerem agressões às mulheres, é o que diz por meio de publicação online Douward (2014), “deputados de todos os partidos britânicos apoiam uma dura lei no estilo norte-americano que tornaria a agressão doméstica uma ofensa específica, penalizada com até 14 anos de prisão”.

A violência sempre esteve presente em nossa sociedade, sendo algo difícil de não se encontrar presente em algum momento vivenciado. Tendo em vista um “[...] eterno problema da sociedade e da prática política e relacional da humanidade [...]” (MINAYO, 1994, p. 7).

Desde tempos imemoriais existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da

convivência social [...] É, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas (MINAYO, 1994, p. 7).

Minayo (1994) apresenta uma classificação da violência trazendo a concepção de uma violência estrutural, que se desencadeia em uma violência comportamental, iniciando desde macro organizações, até micro organizações como a instituição familiar. Esta violência perpassa as esferas sociais, influenciando as relações interpessoais, o que pode gerar uma aceitação de graus de violência, até que chegue ao ponto de um sofrimento do indivíduo (BOULDING, 1981 apud MINAYO, 1994).

Ainda Minayo (1994), aponta a violência por resistência, que se constitui de diferentes formas, variando de acordo com o grupo social de ocorrência, sugerindo que cada indivíduo aprende a resistir ao processo de violência de acordo com seu entendimento da própria violência.

Por fim, Minayo (1994) concebe a violência da delinquência como aquela fora da lei, não tendo seu reconhecimento. Esta violência perpassa pela violência estrutural, na qual vem a confrontar os indivíduos como também as organizações, tendo a força e o machismo presente para constituir a delinquência, tendo em sua constituição os “sequestros, guerras, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos” presente em sua constituição.

Vargas (2002) traz uma compreensão de várias épocas e culturas diante do consumo de álcool, da forma como é inserido nas culturas, as necessidades que causa em cada indivíduo, desta forma mostra que com o passar dos anos esse consumo vem trazendo novos problemas.

O uso do álcool está sendo apresentado, em muitas situações, como o principal responsável da violência, prevalecendo no sexo masculino. Sendo visto nos tempos atuais como o principal problema da saúde pública (ALMEIDA; PASA; SCHEFFER, 2009).

Na antiguidade o álcool não era visto como um problema, mas com o passar do tempo e com o avanço em pesquisas médicas ampliou-se o conhecimento a respeito dos problemas físicos e mentais causados pelo uso do álcool.

Niewiadomski (2004), diz que o álcool é um depressor do sistema nervoso central, e desta forma apresenta alguns efeitos desinibidores, causando certa perturbação psíquica que pode provocar situações de violência.

Diante destas afirmações alguns especialistas concordam que a droga e o álcool podem ter papéis importantes no desencadeamento da situação de violência. Contrariamente, para Minayo (1997), explicações lineares não correspondem de fato ao processo que incita situações de violência. Para a autora, os fatores que levam às situações de violência são extremamente complexos, não é possível afirmar que a ingestão e abuso de algumas substâncias levam ao ato violento, mas sim as características individuais de cada sujeito podem fazer a diferença na ocorrência ou não de situações de violência.

Outro fator relevante para a ocorrência da violência contra a mulher, e de acordo com a pesquisa de Lachaud (2001), um dos maiores motivos para a violência física, seria a presença dos ciúmes na relação conjugal, aonde iniciamos com um ciúmes que podemos referir-se ao “normal”, sendo um desejo de poder proteger a pessoa amada, mas que já se instala um sentimento de angústia pelo ciúmes vivido. Em diante, perpassa por um ciúme considerado como neurótico, começando a ser algo competitivo, uma disputa pelo amor, temos esta visão também na elaboração que Lachaud (2001), faz diante do conceito de Freud, que explica sobre o ciúmes fraterno, que se constitui na elaboração do complexo de Édipo, que se explica na competitividade que já vem implícito no nosso contexto, com a disputa que criamos com o amor da mãe e do pai, sendo que no caso das meninas é a do pai com a mãe. Mas visando que desde já iniciamos um ciúme neurótico, mas que “castra” na infância e após pode vir a aparição no relacionamento conjugal.

No Dicionário de Psicologia, Dorin (1978), apresenta a categoria de um ciúme que podemos chamar de paranóia, que começam a perpassar por ilusões, delírios, podendo até ser categorizado como perseguições e grandezas. Por conta disto pode até haver uma verificação diante do grau deste ciúme, para não entrar uma esquizofrenia paranóide, que o sentimento vivido fica tão forte que o indivíduo vem a atacar aqueles que estão em seu conflito, pelo aparecimento de infidelidade que ele obtém em sua ilusão.

Não há consenso para explicar a causa da violência, crime ou seu motivo. Para o autor, não podemos generalizar este universo tão heterogêneo, pois as explicações

da violência não são fáceis, por esse motivo faz-se necessário o cuidado com a generalização.

[...] Há uma diversidade imensa de práticas criminosas, associadas a dinâmica sociais muito diferentes. Por isso, não faz sentido imaginar que seria possível identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade (SOARES, 2006 apud MELO, 2010, p. 29).

Instituto Noos (2010) traz uma visão na qual mostra que nós vivemos em relações de poder, mas basta saber a maneira como lidamos e exercemos este poder, podendo assim levar para um ato violento. Como podemos ver nas relações de pai e filhos, marido e mulher, governantes e cidadãos, de forma que todas estas relações deveriam trazer o bem estar e o entendimento de todos, mas muitas vezes não é desta forma que ocorre. Sendo que em muitas ocasiões, acaba sendo direcionado para outra dimensão, utilizando esta relação de poder como dominação, exploração e exclusão, assim, “tem o seu jeito de ser anulados, seus desejos e direitos desrespeitados” (INSTITUTO NOOS, 2010, p. 23).

Essas relações de poder são mencionadas por Rosa (2004), ao descrever a constituição do casamento monogâmico-patriarcal, marcado pelo direito de propriedade, em que o homem exerce a superioridade do lar e detém da autoridade sobre os filhos, bens e da mulher, esta compreendida dentro da lógica de propriedade, um objeto de posse, sem quaisquer direitos. Apesar de todas as transformações sociais ocorridas, especialmente diante da família e suas diversas configurações, percebe-se ainda os traços marcante da família monogâmico-patriarcal na atualidade.

Diante do estabelecimento das relações de poder na perspectiva da família monogâmico-patriarcal, o gênero masculino detém de uma supremacia em relação aos outros membros da família. O homem veio imposto com um papel de poder, derivado da própria cultura, aonde é explícito ser o “capital da família” e diante deste legado começou a se ver no direito de ter a submissão dos demais que estavam presentes em sua vida (ROSA, 2004).

Arendt (1994) citado por Rosa (2004) apresenta cinco conceitos utilizados para fazer referência ao “poder”, são eles, vigor, força, autoridade e violência. Desta forma explica a visão para todos esses conceitos, nesse sentido, o poder para a autora é visto como algo que vem para consertar. O vigor já é considerado o mais próximo da violência, estando junto com a propriedade de algo, pertencendo ao caráter da

pessoa, A força, que também está associada com o sinônimo da violência, pode ser considerada como uma energia liberada por movimentos físicos ou sociais. Por fim, a autoridade vem instituída na hierarquia, com relação ao poder de mandar e obedecerem.

Refletindo sobre estas relações de poder e violência, Arendt (1994) citado por Rosa (2004, p. 36), afirma, “não é a violência que gera o poder, pelo contrário, ela aparece quando o poder está ameaçado: o poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente”.

Complementando, o Instituto Noos (2010) mostra que algumas situações de violência ocorrem pelo simples fato de uma pessoa acreditar ser superior a outra pessoa, e quando se ver contrariada acredita ter o direito de obter agressão, seja na forma de desvalorização, xingamentos e até mesmo uso da violência física e matar, para assim se sentir no papel de mostrar o seu poder e sua vontade.

2.4.2 Violência doméstica contra a mulher: uma questão de gênero

Assis (2007) explica que a violência contra a mulher decorre de um processo histórico relacionado ao gênero, portanto não se pode falar sobre a questão sem abordar esse aspecto, uma vez que estão diretamente ligados.

A compreensão do histórico da violência contra a mulher vem sendo referenciada de maneiras diversas desde a década de 50, sendo chamada como violência intrafamiliar na metade do século XX. Após vinte anos veio a ser chamada de violência contra a mulher; nos anos 80 é denominada como violência doméstica e a partir da década de 90 passa a ser conhecida como violência de gênero (BRASIL, 2011).

É comum o reconhecimento da violência que ocorre dentro das casas como violência doméstica, mas esse conceito é tratado como fruto e consequência de relações familiares, diante disto vem à preferência do termo intrafamiliar. Entretanto, na prática, violência doméstica e violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema (ASSIS, 2007).

O termo gênero apresenta diversos conceitos. De acordo com o Dicionário Houaiss (1987), o significado de gênero é derivado do Latim “genus” que é igual a uma descendência da origem. Compreendendo o significado de gênero como a identidade sexual de pessoas, Scott (1990) esclarece que o termo “Gênero” começou a ser utilizado entre as feministas americanas, na busca em destacar o caráter das distinções baseadas no sexo, entendido como um modo de dar significados às relações de poder, as construções culturais, aonde ocorre a criação social de ideias sobre os papéis dos homens e das mulheres.

Segundo Zanotta (1998), o conceito de gênero está se tornando cada vez mais generalizado, embora sendo muito usado no sinônimo dos estudos das mulheres e com isso veio a instaurar uma nova metodologia de análise, sendo que uma dessas novas metodologias é diante da noção biológica de sexo e a noção social de gênero, em segundo lugar por conta das categorias de homens e mulheres e em terceiro lugar por conta da transversalidade do gênero; mostrando dessa forma que a construção de gênero perpassa pelas diferentes compreensões.

Ao constatar as relações de poder envolvidas nas relações de gênero, concordamos com Noss (2010) ao ressaltar a violência de gênero como algo que é visto sobre a diferença entre homens e mulheres, que muitas vezes uns se sentem mais importantes que os outros e acaba que com isto se sintam no direito de mostrar esta diferença, trazendo a violência para impor as opiniões e decisões.

Até hoje, na nossa cultura patriarcal e machista, se espera que os homens sejam fortes, sustentam a família e resolvam problemas. Das mulheres, espera-se que sejam carinhosas, cuidadoras, delicadas, compreensivas, dona de casa e que acatem as decisões dos seus pais ou maridos (INSTITUTO NOOS, 2010, p. 31).

Barata (2009) define que o conceito gênero está ligado a saúde e não é sinônimo de sexo, mais sim direcionado ao obter um contratos diante do feminino e masculino, aonde terá a características de cada um.

Já Krieger (2004), citado por Barata (2009) aponta esta diferenciação dos papeis, que vem imposta em nossa cultura. Mostrando que somos tanto sexo como gênero.

A violência de gênero envolve do ponto de vista sociocultural a diferença entre os papeis masculino e feminino, sendo assim é um problema ligado ao poder junto com as práticas de homens contra mulheres, mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres. Porém, diante da sociedade brasileira e no mundo a maioria dos

casos de violência doméstica, o gênero feminino é à vítima preferencial. Essa violência é marcada por formas de opressão, dominação e de crueldade caracterizando os assassinatos, estupros, abusos físicos, emocional, sexuais, entre outros (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA SAÚDE, 2009).

Complementando, Gomes et al (2005) citado por Souza (2007), credita à violência uma forma de dominação do homem sobre a mulher, através das opressões e da crueldade, assim essa forma de dominação perpassa a discussão a respeito das diferenças de estrutura física entre os homens e as mulheres.

Nesse sentido, Saffioti (2004) levanta a discussão sobre a diferença física e biológica entre homens e mulheres, se questionando diante do fato da mulher em geral ter menor força física que o homem se isso é suficiente para ser decretado a inferioridade da mulher, sendo que segundo a autora, os acontecimentos históricos mostram que não.

Não se trata, contudo, de desejar provar qualquer superioridade da mulher em relação ao homem. O argumento biológico só foi utilizado a fim de mostrar a ausência de fundamentações científica da ideologia da "inferioridade" feminina [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 13).

Muito além de uma diferenciação física, o conceito de gênero é um conceito muito aberto, e diz respeito à construção social do masculino e feminino. Assim, para Saffioti (2001, p.129), "o termo gênero indica rejeição ao determinismo biológico suposto no uso de palavras como sexo e evidencia que os papéis desempenhados por homens e mulheres são uma construção social".

Com isso, a autora reafirma diante de seu ponto de vista que a mulher tem responsabilidade pela casa e educação de seus filhos, enquanto ao homem cabe trabalhar e sustentar o seu lar, mostrando a desigualdade entre homem e mulher, como algo já imposto na sociedade, das diferenciações dos papéis (SAFFIOTI, 2004).

2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A SAÚDE

Com relação às ações governamentais vale destacar que frente a necessidade da garantia dos direitos a essas mulheres, no enfrentamento das situações complexas, com a implantação de políticas setoriais ligadas ao governo federal, estadual e

municipal, busca-se a articulação dos setores saúde, segurança pública, assistência social, educação, trabalho, habitação, cultura. Visando uma articulação interdisciplinar, no Brasil, a Lei n. 11.340/2006² prevê o estabelecimento de uma equipe multidisciplinar, aonde terá vários profissionais capacitados a ajudar combater essa violência, focando na área psicossocial, jurídica e de saúde.

As mulheres vítimas devem ser encaminhadas a programas e serviços de proteção e assistência social, uma vez que a Lei Maria da Penha prevê a criação de políticas públicas que venham a garantir os direitos das mulheres em suas relações domésticas e familiares. O objetivo dessas normas programáticas visa resguardar a mulher vítima de violência doméstica de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, segundo prevê o artigo 3º, parágrafo 1º da Lei n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006)

Segundo Brasil (2013), mostra com muito orgulho o que a sociedade brasileira conseguiu constituir para o direito das mulheres, com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sendo uma implementação do governo federal, uma situação inovadora no Brasil, proposta pela primeira mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Desta forma trazendo à tona o direito humano das mulheres, com o fortalecimento da PNPM, aprovado em 2004 e referendado em 2007 e em 2011, tendo seus princípios:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade afetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípios orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 10).

As práticas patriarcais são muito implícitas em nossa cultura, de forma que já vem a ser uma pratica enraizada, e este direito da mulher busca está igualdade, junto com o enfrentamento de todas as desigualdades sofridas, seja elas no mundo do trabalho, nos afazeres, buscando sempre a conotação do respeito e direito a todos. Sendo assim “a diminuição da desigualdade reforça a necessidade de políticas específicas dentro do governo federal para conquista e autonomia econômica da mulher” (BRASIL, 2013, p. 14).

Desta forma este Plano Nacional de Políticas para Mulheres, vem com o objetivo de proporcionar uma redução da desigualdade, ajudando na forma de enfrentamento, dando um apoio na forma como agir, como lidar com seus direitos, com sua garantia na educação e no seu papel como cidadã (BRASIL, 2013).

² Lei Maria da Penha

Atualmente observamos um crescimento no número de atendimentos direcionados para as mulheres, tendo em vista 974 serviços especializados para ajudar a mulher, com intuito multidimensional, não olhando para os “lugares, classe social, raça, etnia, faixa etária, entre outros [...]” (BRASIL, 2013, p. 43).

A situação das mulheres no Brasil tem mudando, especialmente nas duas últimas décadas. Entre os mais importantes fenômenos incluem-se a progressiva escolarização feminina e a entrada das mulheres no mundo de trabalho profissional, mesmo em espaços tradicionalmente ocupados por homens como a medicina e a odontologia e mais recentemente até as engenheiras e a construção civil. As mudanças estão igualmente ocorrendo na composição das famílias, com grande redução do número médio de filhos e aumento das chefias femininas de domicílios (BRASIL, 2013, p. 101)

E mesmo diante de todo esse processo, essas conquistas, ainda conseguimos observar que ocorre uma certa desigualdade, seja na hora do emprego, de ser fixada, ou selecionar, na relação com o salário, ganhando menos pelo mesmo cargo ocupado pelo homem. Ainda predomina a forte relação com o trabalho doméstico, como algo totalmente imposto que é o papel da mulher, cuidar de seus filhos e de seu lar (BRASIL, 2013).

Ainda no que tange às políticas públicas,

[...] o Ministério da Saúde criou uma Câmara sobre Violência Doméstica e Sexual, visando a acompanhamento e desenvolvimento de políticas sobre este problema, vinculada com à Área Técnica de Saúde da Mulher e subordinadas ao Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes e Violência. A partir daí, também em 1998, foi publicada uma Norma Técnica denominada Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes, que vem sendo utilizada e utilizada como instrumento importante para o aprimoramento das ações de saúde (ZUMA, 2007, p. 73).

No Espírito Santo, as políticas de enfrentamento da violência doméstica pretendem estabelecer parcerias com a sociedade civil, “para execução de políticas para mulheres, sendo que dezoito municípios assinaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” (ESPIRITO SANTO, 2011, p. 22), objetivando a redução das desigualdades entre homens e mulheres e assim, a desigualdade de gêneros.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo aborda as questões metodológicas desenvolvidas neste estudo. Este capítulo está subdividido em seis partes. Em sua primeira subdivisão está descrito o delineamento da pesquisa. A segunda subdivisão apresenta a seleção dos participantes para a realização deste estudo e de como as entrevistas foram realizadas. Na terceira subdivisão há a apresentação da descrição dos sujeitos que participaram da pesquisa e do local onde ocorreu o estudo. Os procedimentos de coleta são descritos na quarta subdivisão e por fim, na quinta subdivisão os cuidados éticos são apresentados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, o levantamento bibliográfico se fez presente enquanto um instrumento de base para a investigação do fenômeno da

violência e também no apoio às análises dos dados coletados. Sendo assim, de acordo com Chemin ([20--], p. 58) uma pesquisa bibliográfica é utilizada em todos os estudos, perpassando todos os momentos do trabalho acadêmico e embasando-se na compilação de diversos materiais como: livros, publicações periódicas (revistas e jornais), anais de encontros científicos, relatórios de pesquisa, monografias; bem como materiais disponibilizados por “meios eletrônicos-digitais (sistemas de busca, seites diversos via internet, etc.)”.

Foram realizados levantamentos de dados concretos sobre o referido tema, sendo feita, a princípio, uma revisão bibliográfica envolvendo a análise de livros, artigos e textos de autores que discutem gênero, relacionando com os temas, violência, saúde, família e políticas públicas voltadas para mulheres, principalmente as que se encontram em situação de violência doméstica. Conta também com outros materiais que referenciam a temática abordada, possibilitando, dessa forma, alcançar um resgate histórico acerca das relações de gênero e de outras questões que levam a ocorrência da violência contra mulher.

Partindo da definição do problema de pesquisa e seus objetivos, e na busca de refletir acerca das indagações propostas, essa pesquisa foi de natureza básica do tipo qualitativa, com base na pesquisa descritiva.

Com relação a natureza básica, Gil (2009) aponta que a pesquisa é considerada básica quando desenvolve conhecimento úteis sobre um fenômeno sem que haja uma proposta interventiva prévia.

A escolha pela pesquisa qualitativa deveu-se ao fato de que seu uso veio se ampliando cada vez mais para a avaliação de políticas no campo social, como uma abordagem capaz de,

"[...] explorar as compreensões subjetivas das pessoas a respeito de sua vida diária [...].

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, sendo o significado a preocupação essencial na abordagem qualitativa" (POPE; MAYS, 2009, p. 17).

Na pesquisa qualitativa há uma preocupação no aprofundamento de algumas questões, em uma compreensão dos fenômenos. Nesse sentido,

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes

representações sobre o assunto em questão [...] sejam quais forem os critérios, o objetivo é maximizar a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas pelos membros do meio social (GASKEL, 2007, p. 68-69).

Segundo Minayo (1996) a pesquisa qualitativa contribui para análise dos aspectos sociais, revelando a respeito da violência doméstica o *locus* social do fenômeno em si, bem como analisando os discursos referentes ao tema apresentado pelo sujeitos respeitando e considerando seu extrato social e sua posição de sujeito sócio-histórico e cultural na sociedade contemporânea.

A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de uma população, fenômeno ou uma experiência, descobrindo a existência de associações entre variáveis no objeto de estudo analisado (GIL, 2009).

A respeito da análise de conteúdo, Bardin (1977, p.09, grifo do autor) reforça a importância desse tipo de análise “como um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

A proposta da análise de conteúdo nesse estudo teve como finalidade analisar e compreender o que foi relatado pelas entrevistadas relacionando suas respostas aos objetivos propostos pela pesquisa, pois,

sua proposta é a de aprofundar a análise do conteúdo das informações prestadas pela pessoa que forneceu os dados, procurando ver e analisar, em maior profundidade, a pertinência das respostas, a lógica, a coerência, a fidedignidade dos dados informados, eventuais distorções e omissões voluntárias (MICHEL, 2005, p.70).

3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

De forma aleatória fizemos o contato com um programa chamado de Pró-Vida, que realiza o serviço de acolhimento, orientação e atendimento a estas mulheres no âmbito da SEPPOM, no município de Serra/ES. Nesse contato, foi esclarecido a pretensão de estudar as questões da concepção de violência entre as mulheres que são vítimas de violência doméstica, atendida no local, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a permissão para conhecer o local e as psicólogas.

Inicialmente, havia a pretensão na entrevista de dez (10) mulheres que participavam do grupo de apoio às vítimas de violência doméstica. Entretanto, no decorrer da pesquisa verificou-se a dificuldade em atingir tal número, devido a participação no

grupo de apoio ser por demanda espontânea, e assim finalizados a investigação com oito (08) mulheres participantes assíduas do grupo.

A partir da entrevista elaborada iniciamos o contato com as mulheres, fazíamos o convite para a participar da entrevista, sugeríamos que o local pudesse ser na própria Secretaria. Sendo assim todas entrevistas foram feitas no mesmo local. O espaço utilizado foi uma das salas da SEPPOM, cedido pela Coordenação do Programa.

A partir do momento em que as entrevistas eram marcadas, uma reunião era marcada com a psicóloga para uma pequena apresentação da participante, para o melhor entendimento do caso e uma breve “discussão” da proposta do estudo e da metodologia utilizada e verificávamos a possibilidade das seleções destas mulheres.

3.3 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

O estudo foi iniciado e finalizado no mesmo local (SEPPOM), todas entrevistas ocorreram no local, com a disponibilidade de uma sala, para poder fazer a entrevista. Sempre fazemos as devidas apresentações, agradecendo sempre a disponibilidade em contribuir com o estudo e explicava os objetivos da pesquisa, e apresentava e lia em conjunto o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A). Depois de lido, foram feitos os devidos esclarecimentos e foi solicitada a assinatura da participante.

Participaram deste estudo oito (08) mulher, entretanto, foi finalizada a entrevista com sete (07) destas mulheres, devido ao fato de uma (01) das entrevistadas desistir da participação no momento da entrevista, por não aguentar “relembrar” do fato que passou em sua vida, por ser muito forte e não lhe fazer bem a recordação. Respeitamos a sua decisão, deixando-a à vontade. Sendo assim, o estudo foi realizado com sete entrevistadas em salas localizadas na Secretaria da Mulher do Município da Serra – SEPPOM.

Cabe ressaltar a relevância da entrevista face a face e de caráter individual. Onde foi possível perceber no relato das entrevistadas, mesmo tendo em comum, a questão da violência, a riqueza de detalhes, além da maneira subjetiva como cada uma delas reage ou reagiu, convive ou conviveu com essa expressão da questão social que se configura na forma da violência doméstica e se faz presente na vida desses sujeitos

que tiveram ou, que pelo simples fato de serem mulheres ainda tem seus direitos violados, independente de classe social, religião, cor, etnia, profissão, orientação sexual ou idade.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Os dados foram coletados através da realização de entrevistas com a aplicação de um roteiro semiestruturado. Chemin ([20--], p. 64), fala sobre a entrevista como,

Sendo um instrumento de coleta de dados, tendo o enfoque no campo social, utilizando normalmente por profissionais como psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, operadores do direito, profissionais da saúde, pedagogos, jornalistas e outros. Além de poder ser uma técnica no qual o pesquisador obtém informações realizadas face a face com algumas perguntas de fácil entendimento, que serão respondidas em uma forma de diálogo entre o entrevistador e o entrevistado.

Os dados coletados a partir da entrevista semiestruturada, foram transcritos na íntegra, analisados a partir da análise de conteúdo. De acordo com Bauer e Gaskell (2003, p. 195), as transcrições obtidas em uma entrevista, fazem parte de um material clássico da análise de conteúdo, “são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito [...], contudo, podem ser manipulados para fornecer respostas às perguntas do pesquisador”, respondendo desta maneira os objetivos específicos.

As entrevistas aconteceram em dias aleatórios, durando em média 01 (uma) hora cada usuária. Como equipamento de coleta, foi utilizado um (01) gravador de voz no intuito de manter no momento da transcrição a fidelidade da fala de cada entrevistada. Após agradecia a disponibilidade de ir até ao local e ajudar no estudo proposto.

Desta forma, as entrevistas feitas com as mulheres vítimas de violência doméstica; geraram um conhecimento sobre o problema, sendo testada uma hipótese:

[...] Tendo como ponto de partida a revisão bibliográfica e diante dela irá situar o pesquisador em relação ao problema, certificando-se do trabalho e assim conscientizando-se dos resultados que já foram obtidos (FERRÃO 2003, p. 103).

Conforme Laville (1999, p. 188):

A entrevista semiestruturada são perguntas abertas, feitas verbalmente, sendo que tem uma ordem prevista, mais que podem ocorrer mudanças na hora dependendo do nível da entrevista, podendo assim o pesquisador, acrescentar algumas perguntas para o melhor esclarecimento e entendimento.

Explicava que as questões seriam norteadoras do estudo e que não havia certo ou errado, e que o objetivo seria de conhecer e entender a concepção de violência a partir de suas experiências. Com isso, também enfatizava que o participante ficasse à vontade e livre para que se houvesse alguma questão que não quisesse responder, pudesse fazê-lo sem nenhum tipo de constrangimento. Também enfatizava que seus relatos não seriam, em qualquer hipótese, identificados e que o manuseio das informações obtidas seria tratado com o devido respeito. Dessa forma, solicitava a permissão para ligar o gravador para o início da entrevista.

A entrevista foi iniciada sendo conduzida pelos princípios éticos envolvidos na relação entre o pesquisador e o participante, respeitando também o momento do participante, seu tempo de resposta, as emoções vivenciadas a partir de cada questão e suas opiniões pessoais. Em todas as entrevistas realizadas observamos a amplitude e riquezas das experiências destas mulheres, diante de seus relatos, percebemos que as questões foram realmente disparadoras, contendo muitos discursos semelhantes.

Ao final da entrevista, agradecia novamente o compartilhar de suas histórias, pontuava a riqueza nos discursos e salientava o quanto contribuía para o desenvolvimento da pesquisa. Questionava se havia alguma dúvida quanto a entrevista realizada e ressaltava que poderiam entrar em contato posteriormente para quaisquer questionamentos.

3.5 CUIDADOS ÉTICOS

As mulheres entrevistadas foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo como objetivo a obtenção da autorização para gravação dos relatos em áudio, transcrição, bem como também irá ter o total sigilo das informações colhidas, principalmente a identidade dos voluntários. Sendo assim o documento assinado, vai ser destinado uma cópia a cada uma das partes: pesquisadas e pesquisadora. Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tendo também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em

qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Este capítulo traz as análises e discussões relacionadas com as opiniões das mulheres sobre o conceito de violência e a concepção acerca da situação de violência vivenciada por elas. Para uma melhor compreensão do tema estudado, o trabalho está dividido em três subcapítulos descritos a seguir.

4.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁTICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Com relação ao perfil das participantes do estudo, percebe-se um maior número com idade entre 30 a 40 anos. Outros estudos também apontam uma faixa etária aproximada, destas mulheres vítimas de Violência Doméstica.

Como diz o estudo de Deeke et al (2009, p. 12),

[...] a idade média das mulheres que apresentam queixas mediante da violência sofrida, foi de 36 aos 40 anos". Diante deste mesmo conceito observei os dados de uma pesquisa do Centro Feminista de Estudos e Acessórias – CFEMEA (2007), que foi um estudo “feito com 24 mil mulheres em dez países, o Brasil, o estudo constatou idade entre 15 e 49 anos.

Desta forma identificam-se que a constatação do nosso estudo corrobora com dados de outros estudos, não sendo exatamente idênticos, mas que obtém pontos que se assemelham.

Tabela -1 Idade das Mulheres

| IDADE DAS PARTICIPANTES | NÚMEROS DE INTEGRANTES |
|-------------------------|------------------------|
| 30 à 40 | 05 |
| 52 | 01 |
| 65 | 01 |

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres selecionadas para o estudo.

Quanto à escolaridade, duas (02) mulheres possuíam ensino fundamental incompleto, e duas (02) possuíam ensino fundamental completo; também duas (02) tem ensino superior completo e apenas uma (01) nunca obteve estudo, sendo analfabeta. Observa-se que o nível de escolaridade não é um fato que impede a ocorrência da violência, concluindo que o acesso à informação não é um fato ou uma prevenção.

Tabela -2 Nível de Escolaridade

| ESCOLARIDADE | NÚMERO DE INTEGRANTES |
|-------------------------------|-----------------------|
| Analfabetas | 1 |
| Ensino fundamental completo | 2 |
| Ensino fundamental incompleto | 2 |
| Ensino superior completo | 2 |

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres selecionadas para o estudo.

No que diz respeito a renda familiar, observa-se que foi obtido até um salário mínimo em uma (01) participante, de dois a três salários mínimos em duas (02) participantes e que a maioria das entrevistadas tem renda que varia entre 04 a 05 salários mínimos, resultante em quatro (04) participantes. Esse fato nos leva a refletir a respeito de que assim como no nível de escolaridade, a renda mesmo que alta não é um fato inibidor da violência e também rompe com o estigma de que a mulher em situação de violência doméstica permanece com o agressor pela dependência financeira.

Tabela - 3 Renda Familiar

| RENDA FAMILIAR | Número de integrantes |
|---------------------------|-----------------------|
| - De 1 salário mínimo | 0 |
| 1 salário mínimo | 1 |
| De 2 a 3 salários mínimos | 2 |
| De 4 a 5 salários mínimos | 4 |

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres selecionadas para o estudo.

Em referência ao estado civil da mulher agredida, o divórcio aparece como predominante, configurando três (03) do total de mulheres pesquisadas. Em seguida estão as solteiras, representando duas (02) mulheres. Uma (01) permanecem casada. Do total, uma (01) mulher vivencia a viuvez.

Tabela - 4 Estado Civil

| ESTADO CIVIL | CASADAS |
|--------------|---------|
| Casadas | 1 |
| Viúvas | 1 |
| Divorciadas | 3 |
| Solteiras | 2 |

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres selecionadas para o estudo.

4.2 PERCEPÇÃO DAS PARTICIPANTES SOBRE A VIOLÊNCIA SOFRIDA

O conceito de violência não é fácil e palpável de se construir, porém conforme Dalbergh; Krug (2006) para compreender a violência como um todo deve-se

investigar as peculiares formas de manifestação da mesma. Suas manifestações perpassam as esferas física, psicológica, sexual e negligência (ROSA, 2004; BRASIL, 2001). Nesse sentido, buscou-se averiguar a percepção das participantes sobre o tipo de violência sofrida, fatores desencadeadores dessa situação, bem como o período em que iniciaram as agressões.

Com relação aos tipos de violência sofrida, nos relatos de seis mulheres³ dentre as oito pesquisadas⁴, sofreram todos os tipos de violência doméstica⁵.

Ele me empurrou da escada, ele é muito ignorante, sempre era o dono da razão, nervoso e ficava me empurrando, não me deixava comer, ele não concordava com nada, era muita briga entre nós dois e ele sempre me ameaçava com faca, palavras (ENTREVISTADA 7).

Todos! Todos! Ele me batia de faca, facão, ele pegava o martelo para bater em mim, ele pegava corrente (ENTREVISTADA 2).

Sofri todas as formas de violência possível, física, emocional, psicológica. E a que mais fere é a psicológica [...] E para chegar neste nível de violência ele pegou um cabo de vassoura e me deu três paulada no meu braço[...] Ele já bateu minha cabeça na parede, ele já abriu minha cabeça (ENTREVISTADA 3).

[...] sofria muita agressão do meu marido, ele sempre foi muito agressivo, ele me batia mesmo, me batia na cara, me espancava, era violência física uma atrás da outra [...] Desde sempre foi assim, ele sempre foi violento, mas piorou depois do envolvimento com o álcool (ENTREVISTADA 6).

Na maior parte das mulheres foram constatadas as mais variadas formas de violência, desse modo, dá para ressaltar o ciclo da violência, que é aonde tudo inicia, com suas fases brandas até o ato da explosão, iniciando com tom de voz, semblantes, irritações, discussões. É uma fase na qual dura e lava algum tempo, de forma a atingir a autoestima da mulher, já atingindo psicologicamente, deixando vulneráveis ao aumento da violência até chegar ao ato da violência, sendo a fase mais difícil, curta e muito dolorosa, é uma fase rápida, mas que traz grandes consequências para o relacionamento. Sendo assim uma distinta da outra, deixando a mulher ser submetida aos vários tipos de violência.

Diante dos discursos das mesmas dá para observar em alguns casos a presença de algumas das fases deste ciclo,

E ele começou a me agredir verbalmente, iniciamos com brigas e discussões, ele me xingava sem necessidade, sem porquê [...], mais eu

³As falas das entrevistadas serão mantidas do modo como foram ditas para preservar a autenticidade dos relatos.

⁴Uma das entrevistadas no estudo desistiu, não consentindo em terminar a realização da entrevista por motivos pessoais.

⁵ Violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

deixava passar, porquê percebia que era sempre quando estava bêbado, ele costumava beber demais, sabe? [...] (ENTREVISTADA 1).

Como diz Brasil (acesso em out. 2014, p. 15), a primeira fase se inicia com brigas verbais e a mulher tende a não perceber isso como agressão verbal, violência e traz justificativas para si mesma do problema, das brigas, como o relato mostra a justificativa que trouxe para si, perante os insultos e inícios das brigas, até passar para explosão, estando de acordo com o que a literatura aponta acerca do ciclo de violência.

O ciclo da violência é apresentado no livro informativo “Violência doméstica: mude sua vida, antes que acabem com ela” com um linguajar mais específico, e é classificado em três principais fases,

A fase da tensão: Revela-se no semblante do agressor, no tom de voz na comunicação (como ataques e insinuações) e uma tensão visível e notória. É a fase que se caracteriza por crises de ciúmes, ameaças e intimidações. A mulher tende a justificar o agressor. “ele trabalha demais; ele bebeu muito; está estressado; as crianças perturbam muito quando ele chega em casa; eu não tenho sido uma boa esposa”. Como ainda não chegou a fase da agressão física, as mulheres tendem a relevar, e não conseguem tipificar as ações do homem ou agressor como violência. Geralmente é uma fase que pode durar longos períodos ou tempo, e tende a “minar” a autoestima das mulheres, tornando-as mais vulneráveis ao aumento da violência.

A fase da explosão: traz a ira, a reação desproporcional, sem aviso ou razão aparente, as agressões são físicas e sexuais. As relações são cada vez mais hostis e a mulher é subjugada pela força física do agressor. É a etapa mais aguda e costuma ser rápida, tem curta duração, mas graves consequências e sequelas físicas.

E a fase da lua de mel: é o momento posterior de pseudo calma (após a descarga agressiva). É uma fase de manipulação afetiva, do pedido de desculpas, de presentes, de juras de amor e de promessas. Não marca o fim da violência, como em geral supõe ou deseja a última, mas intensifica o ciclo que pode vir a ser rotineiro, com as fases ficando mais curtas e a violência mais intensa. Nesta fase de lua de mel, tudo parece ter entrado nos eixos, até o próximo grito, ameaça, soco ou tapa, ou finalmente a morte da agredida. Forma-se, assim, o que é denominado de “Ciclo de Espiral Ascendente de Violência” (BRASIL, acesso em out. 2014, p. 15).

Também pode ser observado a partir do relato anterior que a violência entre estes casais é desencadeada pela luta de poder, no qual os homens não aceitam ser contrariados. Outro aspecto ressaltado nos relatos das mulheres entrevistadas é que um tipo de violência desencadeia outra, conforme observamos a seguir:

E ele começou a me agredir verbalmente, ele falava que eu não estava prestando, não estava fazendo nada [...], Mas cada vez mais ele foi ficando mais agressivo, muitas discussões e agressões verbais, ele quebrava celular meu, me xingava, coisas que me machucava profundamente. E neste meio tempo sofri todas violências possíveis, verbal, psicológica, física, era muito ciúmes da parte da parte dele, até que chegou um dia que ele

falou que ia me matar, grudou no meu pescoço e me deu 3 tapas na cara [...] (ENTREVISTADA 2).

Diante deste relato conseguimos distinguir a gradação da violência, como que vai se aumentando com o passar dos conflitos, como diz Minayo (1999), temos várias formas de conseguir solucionar as brigas, discussões, mas muitas vezes as mais corretas, como o diálogo não são utilizadas. De forma os homens passam a utilizar a força e o poder, com a intenção de conseguir obter e alcançar privilégios, colocando a mulher sobre o seu domínio numa situação de submissão, não a deixando mais falar com ninguém, controlando seus passos.

No relato a seguir percebe-se este tipo de comportamento,

Ele queria que eu fizesse algo, e se eu não fizesse aquilo que ele queria ele já queria me segurar e me botar em um nível que ele quer, que ele manda, com um grande sentimento de posse, raiva (ENTREVISTADA 3).

Vimos assim as facetas das violações de direito, que acarretam as diversas dimensões do ser, atingindo até sua auto-imagem, autoestima, obtendo até um poder de terrorismo (KOLLER, 1999).

Essas diversas dimensões da violência exercida pelo homem sobre a mulher, segundo Noos (2010) chegaram a exercer uma relação de poder, dominação, exploração e exclusão como vimos no relato seguinte.

Eu costurava, quando ele estava em casa eu não podia atender ninguém, de tantos ciúmes, ele me deixava trancada em casa, me proibia de costurar, trabalhar, ficava isolada, sozinha dentro de casa [...] Esse era o jeito dele, sabe?! Ele dizia que eu tinha que cuidar e dos nossos filhos (ENTREVISTADA 7).

É clara a compreensão, da relação de dominação e exclusão do agressor, acarretando a anulação da mulher, do seu jeito, vontades e desejos, tendo todos seus direitos desrespeitados. Esta situação de violência ocorre pelo fato de um se achar melhor que o outro. E quando este é contrariado, se acha ainda mais no direito de obter através da agressão física, a imposição do seu papel de mando, resguardando as suas vontades.

Minayo (2006), aponta essa dominação, com um discurso que aponta exatamente a fala da entrevistada 7, na questão do marido impedir ela de trabalhar, jogando sua responsabilidade nos cuidados aos filhos, como uma forma de justificativa do seu ato, assim afastando dos familiares, privando de afeto e até mesmo de assistência médica.

Uma das entrevistas sofreu violência psicológica, ficando claro no relato da mesma, o que a violência psicológica é capaz de fazer com o indivíduo:

Eu não consigo me valorizar, me ver bem e eu queria tomar decisão, ter força de viver minha vida, por mais que tenho meu emprego, minha graduação, mais não consigo, me vejo com depressão. A violência foi totalmente psicológica, ele sempre foi muito explosivo, ignorante, e ele me xinga de piranha, safada, vagabunda e eu não sou nada disso, ele me humilha (ENTREVISTADA 4).

Segundo Brasil (2001), a violência psicológica traz muitos prejuízos para autoestima da pessoa, prejudica totalmente a sua identidade, nos afazeres do dia – a – dia, no desenvolvimento de suas atividades, fazendo com que a mesma se sinta desvalorizada. Essa situação pode levar ao adoecimento do corpo e da mente pela fragilidade sofrida.

Minayo (2006), também apresenta esta violência psicológica em seu discurso, apontando a humilhação, os prejuízos que causa na vida da mulher, acarretando até na sua área profissional, de forma que em algumas o dano é tão grande que traz prejuízo para si mesma, no caso deste relato da para notar a depressão que está presente em sua vida.

Diante deste mesmo aspecto Koller (1999), mostra a visão da violência doméstica como atos de hostilidade e grandes agressões, que denigre até a auto imagem do indivíduo.

No que se refere aos fatores desencadeadores para a situação de violência, encontramos o ciúme e o álcool como elemento presentes para o início da agressão física.

Na maioria das mulheres pesquisadas, identificou-se a presença do sentimento de ciúmes como forma desencadeadora da violência física, provocando, com isso, o início do aumento de tensão.

As seguintes descrições retratam relatos de desconfiança e insegurança dos agressores direcionados a diversas pessoas, sejam com amigas, homens, crianças, fazendo, desse motivo, um dos maiores estopins para o início das discussões e episódios violentos.

Sempre foi muito ciumento, com mulher, com criança, com homem (ENTREVISTADA 7).

Ele tinha ciúmes de mim, ciúmes doentio, ninguém podia ir lá em casa porque ele já imagina que estavam levando coisas para mim, ou era coisa de homem. [...] A partir do momento que a gente abriu um comércio, ai

começou essas crises de ciúmes e ele me batia nas madrugadas (ENTREVISTADA 2).

Muito ciumento, eu não podia conversa com ninguém, nem mulher, nem homem, se eu ficasse 5 minutos era um problema (ENTREVISTADA 1).

Tais relatos parecem ter relação com o ciúme do tipo paranoico, aonde o parceiro começa a ter alucinações diante do relacionamento, começando a ver e enxergar situações que não existem. Com um grau elevadíssimo de ciúmes doentio, aonde começa haver desconfiança excessiva e uma certeza de infidelidade de sua parceira (DICIONÁRIO DE PSICOLOGIA, 1978).

Diante desse ciúmes doentio, começam os episódios violentos, junto com as discussões, até o ato da violência física, quando o parceiro começa a impor autoridade, poder, perante a mulher com forma de obediência da mesma, iniciando assim a luta de poderes. Nesta luta o homem se demonstra ofendido pelo fato de ser contrariado. O relato a seguir explicita o autoritarismo imposto, até o ato da agressão:

A violência aconteceu porque eu queria ir para o salão fazer minha unha e meu cabelo, porque como eu ficava muito na cozinha eu não podia ficar de unha pintada, então como ia vir feriado eu queria me arrumar e ele não aceitou quando chegou a noite ele falou que eu não ia mais, eu disse que ia sim, porque eu trabalhei a semana inteira e falei com ele antes que eu iria, ai ele ficou tentando me prender, começou a me ofender, me xingar, até o momento que eu fui e ele foi atrás de mim e me agrediu, me segurando forte, me pressionando e deu socos (ENTREVISTADA 4).

O relato acima corrobora com a visão de Rosa (2004), diante das palavras sobre o poder, juntamente com o vigor, força, autoridade e violência. Tendo o vigor de algo que para si é uma propriedade, fortemente ligado com autoridade, sendo que neste caso o parceiro se viu sem esta autoridade perante a sua mulher, e se viu em uma determinada situação que mandou, mas não foi correspondido com a obediência da mesma.

Neste mesmo sentido, o Instituto Noos (2010) também apresenta uma visão desta situação, visando o poder e detentor de uma superioridade com relação a parceira, que ao se sentir ameaçado sente-se no direito de poder agredir sua mulher, com o intuito de mostrar quem é que manda, quem tem o poder.

Diante destes relatos, aparece a primeira fase do ciclo da violência, as crises de ciúmes, ameaças e intimidações, com o início das brigas e discussões.

Por meio dos diversos relatos das mulheres, foi possível perceber a aparição do álcool, configurando nos elementos quase sempre presentes nas ações violentas,

praticadas contra as mulheres. É importante frisar que a substância como o álcool não deve ser vista como causadora da prática da violência contra as mulheres, e sim, podemos compreender como potencializadores dessas ações (DEEKE et al., 2009).

Esse pensamento corresponde às afirmações de Minayo (1997), ao conferir às características do indivíduo a justificativa para a ocorrência da situação de violência e não o efeito no uso abusivo do álcool.

Ainda que não seja uma regra geral, esta justificativa de ingerir bebida alcoólica e haver efeitos que potencializa e ajuda a cometer a violência, seja verbal/moral/física, é considerável o número de agressores que justificam a sua forma violenta somente quando estão sobre o efeito do álcool.

Nas falas seguintes, percebe-se essa relação entre o uso do álcool e a ocorrência das agressões em sua forma verbal/psicológica, física, de acordo com as entrevistadas.

Quando ele estava bêbado ele falava que não precisava de mim para nada, que eu podia ir embora a hora que eu quisesse e isso me machucava muito. Mais quando eu ia embora, saía, ele se retratava, fica injuriado, não aceitava (ENTREVISTADA 1).

O estresse com as discussões foi só aumentando e ele bebia demais, fumava demais, no ambiente de trabalho e isso me estressava bastante, por várias vezes eu queria sair e ele não aceitava, me xingava, falava que eu não prestava, já me bateu de corrente (ENTREVISTADA 2).

O que me incomodava nele era a bebida e o cigarro, mais dêis de uns 5 meses ele pelo menos nunca tinha sido agressivo comigo, daí em diante, com o excesso da bebida, ele me humilha, me xinga [...] E não é fácil. De uma hora para outra ele fica frio e parece que fica cego sem motivo nenhum. Ele não concordava com nada, era muita briga entre nós dois e ele sempre me ameaçava com faca, palavras. Quando bebia, era o jeito dele e pronto (ENTREVISTADA 4).

O papel do álcool na violência doméstica, para Caetano et al (2001), citado por Deeke et al (2009), trazem esta questão com várias formas de interpretações, uma delas seria este efeito desinibidor que o consumo provoca e que pode vir a contribuir para esta eclosão da violência. Outra argumentação é a de que algumas pessoas podem vir ingerir o álcool e outras drogas, como uma desculpa socialmente aceita para este comportamento violento com as mulheres.

Deeke et al (2009) apresentam em sua pesquisa que os homens que se assumem alcoolistas, vêem o vício como desencadeador do ato agressivo. Que diante de

discussões com suas parceiras por estarem alcoolizados, foram levados a cometer tais agressões.

Constatou-se, a partir da análise das entrevistas, que o ciúmes e o álcool estão muito presentes e são relatados frequentemente nas respostas das mulheres entrevistadas. Diante deste contexto podemos ressaltar que o ciúmes e a ingestão do álcool, são temas de grande importância sobre a violência doméstica, e estão presentes em pesquisas, livros, textos (DEEKE et al., 2009; MINAYO, 1997; ROSA, 2004).

4.3 ANÁLISE E PERCEPÇÃO DAS PARTICIPANTES SOBRE O QUE É SER MULHER

São muitos os conceitos de gênero, como explica Assis (2007), a violência doméstica está vinculada com a questão de gênero, estando interligada uma com a outra, de forma que não conseguimos distinguir uma sem a aparição do outro conceito.

Segundo Scott (1990), o gênero, vem desde a aparição das construções culturais, onde são inseridas as ideias e os papéis de homens e mulheres, de forma que a sociedade espera ver cumpridos pela existência da diferença dos sexo, podendo dizer que é uma identidade social tanto da mulher quanto do homem.

E por serem tão frisadas dês das construções culturais, acaba que atingi de fato está concepção de gênero, sua visão, diante do questionamento de ser mulher. Sendo que muitas diferenciações foram implícitas, e trazem a relação de que o homem tem mais força física, e a mulher e mais frágil, e por conta desta visão machista, acaba que implica no gênero das mulheres.

Esta concepção pode ser comprovada nesse estudo, como podemos ver a seguir no relato das participantes. Com relação à percepção das entrevistadas diante da questão sobre o que é ser mulher, seis das oito entrevistadas relatam a mulher como um ser frágil e compreensível.

Objeto pra o homem. Mulher é muito discriminada, as vezes da aparência de uma coisa que não é, é frágil, submissa, compreensiva (ENTREVISTADA 7).

Mulher é um ser frágil, sensível, sabe lidar melhor com as situações que passa [...] é meiga, dar a vida, compreende mais (ENTREVISTADA 2).

Mulher – mãe – fragilizada [...] É feminina, carinhosa. Eu acho que hoje em dia tem uma coisa só que diferencia a mulher do homem, que é o fato de ser mãe é isso fragiliza um pouco (ENTREVISTADA 3).

Para mim a mulher e ser virtuosa, e ter dom, e dar o respeito ao próximo e a si mesma, não cometer erros. A mulher é a parte sensível, a fragilidade, e ser compreensiva, dar compreensão (ENTREVISTADA 4).

É algo importante, é frágil, tem essa fragilidade (ENTREVISTADA 5).

Esses relatos correspondem à construção social que estas mulheres fizeram perante seu ser, perante o ser mulher, na dimensão e visão de vida delas, com uma diferenciação do masculino e feminino. Como a Instituto Noos (2010), apresenta que até nos tempos atuais que vivemos, temos ainda uma cultura patriarcal, com condutas machistas, esperando a visão de homens fortes, que irão colocar o sustento em casa, na família, com resoluções de problemas e vendo as mulheres de uma forma mais carinhosa, com uma visão de mais compreensiva, frágil e dona de casa.

Diante deste conceito, dá para observar está situação na fala de uma participante,

Meu pai que tinha mais voz, ele que trabalhava e minha mãe mais dona de casa. Meu pai era aquele pai que ficava em casa, não era um cara de rua, só saía mesmo para trabalhar, ele era um paizão [...] mais mediante a tudo eu acho que nos mulheres conseguimos damos conta de tudo, mais a gente sente falta quando não temos essa segurança, alguém que nos traga amparo, firmeza [...] (ENTREVISTADA 2).

Diante desta fala observa-se um novo padrão que Teles (1999) diz a respeito da mulher dependente mais que necessita de um amparo e que precisa ser dominada por um homem. Diante disto observa a estrutura familiar que esta participante traz, sendo uma estrutura patriarcal, aonde quem trabalha é o homem, mais um homem “caseiro e devoto à família, permanecendo fora do lar apenas por situações de trabalho” (TELES, 1999).

O Conselho Nacional de Secretários da Saúde (2009) refere-se a esta visão como uma violência de gênero, onde implica o poder e a prática. Essa visão de fragilidade demonstrada nas falas dessas mulheres revela uma forma de desigualdade de gênero.

Lucema (2010), relaciona o trabalho com a visão de gênero, pelo fato da mulher perpassa por diversas atividades tanto em casa, como no trabalho, ainda tem o “trabalho” ou podemos se dizer que o “lazer” de se cuidar, querer estar bem, mas que são vistas como simplesmente da natureza da mulher, sendo situações que já vem embutidas em nossa cultura. Por conta destes tantos afazeres que a mulher

consegue se colocar em um papel de compreensão, porque acabam atribuindo tantos papéis tantas compreensões do seu ser, que inserem isto em seu gênero, em ser mulher. Mas se não souberem administrar podem acarretar em sérios problemas para si, perpassando pela violência de gênero.

4.4 O CONTEXTO SÓCIO FAMILIAR DAS PARTICIPANTES

Como diz Carvalho ([20--]), podemos ver que a família é a primeira e principal instituição que compõem a nossa sociedade, nos tempos burgueses a formação da família vinha diante dos laços sanguíneos e da busca de família entre pai, mãe e filhos, sendo que desde esta época a visão era de um pai provedor, dar o responsável pelo sustento da casa, que trabalhava, tinha uma posição social reconhecida. Já a mãe, voltada para os afazeres domésticos e criação dos filhos, sem ter relação direta com a sociedade, ou seja, sem um reconhecimento de uma posição social, tendo que prestar obediência ao homem-provedor, que detinha da autoridade familiar, configurando dessa maneira a família patriarcal.

Nos seguintes relatos das mulheres, observa-se que uma participante reconhece a figura do pai como autoridade e define sua família como patriarcal. Visão patriarcal que também podemos observar nas falas das demais participantes.

Tive uma criação excelente, sou filha de pais evangélicos e sempre fui muito bem cuidada, meu pai trabalhava fora e sempre faziam de tudo para proporcionar o melhor, minha mãe e minha irmã mais velha cuidava de mim e eu era a caçula (ENTREVISTADA 1).

Meu pai, minha mãe e minha irmã e foi uma criação muito patriarcal, lá em casa meu pai que tinha mais voz, minha mãe mais dona de casa. E minha criação foi boa, meu pai era um paizão, um pai muito presente, muito apaixonado pela gente, pela minha mãe [...]eu nunca presenciei violência doméstica na minha casa. Tinha muita discussão, isso era demais, porque meu pai era muito ciumento (ENTREVISTADA 3).

Era uma criação muito rígida. Até aos 13 anos foi até uma criação normal, o meu pai mais na dele, trabalhava e minha mãe em casa com os filhos, cuidando, mas acabava as vezes sendo violenta, batia na gente de vara, era muito nervosa, mas até que eu achava normal, coisa de mãe e pai (ENTREVISTADA 7).

Diante destes relatos conseguimos observar na constituição das famílias, a forma como a nossa cultura e sociedade impõem este modelo de família em nossas vidas, em nossas relações. Também podemos considerar o quanto dentro do contexto familiar a violência pode ser reproduzida, sob a função educativa, conforme relato da entrevista 07. Nesse sentido, Rosa (2004, p. 20) sugere a violência doméstica como

uma legitimidade social quando a mesma corresponde aos interesses sociais, desempenhando “papel de tornar os corpos mais submissos, mais dóceis”.

Esse modelo de família patriarcal corresponde às mudanças sociais, mas também corresponde a um desejo da manutenção da ordem hegemônica na sociedade e nesse sentido,

A autoridade dos pais é, dessa forma fundamental para que se mantenha a ordem hegemônica; para legitimá-la, cria-se uma justificativa moral e religiosa capaz de sustentar um silenciamento, mesmo diante de atos de abuso da autoridade, gerando no imaginário popular a ideia de que a família é uma instituição sagrada e, por isso, inviolável (ROSA, 2004, p. 20).

Como diz Woortmann (1982), citado por Sarti (2003), que o nosso projeto iniciasse dentro da nossa casa, junto com os nossos pais e com a visão da mãe dona de casa e do pai, o pai de família, o provedor e diante desta construção nós idealizamos o nosso padrão.

De uma forma direta ou indireta o patriarcalismo familiar acaba embutindo na cultura que as mesmas irão levar essa posição para sua vida. Como podemos observar no relato a seguir:

Então hoje eu vejo isso como uma violência psicológica sim. Eu comecei a avaliar várias coisas depois que a gente vivencia e isso é uma coisa que eu via muito em casa e vejo muito nas outras pessoas, nos outros lares, porque acaba sendo uma coisa muito comum, as pessoas se agredirem psicologicamente, verbalmente. É isto para mim é o “verme” da violência doméstica, é a forma como as pessoas se tratam dentro de casa e para mim começa aí, no desrespeito, na falta de afeto, nas críticas (ENTREVISTADA 3).

Ao analisar o relato acima percebe-se que a violência pode ser compreendida e vivenciada dentro do ambiente familiar como algo comum nas relações, na sociedade, por perpassarem pelas suas vidas, criação e continuarem a viver isto agora em sua família, com seus parceiros.

Compreendemos em Costa (1993), citado por Sarti (2003), que estas mulheres naturalizam as relações de poder a partir da autoridade paterna, não sendo capazes de identificar quando essa figura paterna passa a exercer a autoridade de forma abusiva constituindo relações de desigualdade, levando-as em algum momento a se acharem inferiores e frágeis.

Porém, com as mudanças ocorridas na sociedade, podemos observar que desde o século XX esta visão está mudando a partir das novas concepções de família. Estamos onde obtivemos vindo a elaboração de políticas públicas, que pretendem

fazer valer o direito da mulher. Hoje temos o divórcio, os novos arranjos familiares, que são construídos através dessas junções de famílias, filhos de um casamento, junto com do outro casamento, trazendo cada vez mais uma nova família, uma nova forma de organização que vem colocando a mulher cada vez mais no papel de protagonista de sua própria vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a discussão acerca da violência contra mulher vem alcançando grandes proporções na sociedade brasileira, talvez isto se deva ao fato de sua ocorrência estar representada por números alarmantes de femicídio nos últimos anos.

Ao desenvolver esse estudo a respeito da violência doméstica, buscamos conhecer as concepções de mulheres em situação de violência doméstica que participam de um grupo de apoio e nos deparamos com uma diversidade de informações trazidas por essas mulheres contatas a partir do seu cotidiano, da sua subjetividade.

A curiosidade inicial em conhecer o olhar destas mulheres e o caminho percorrido até o momento de pedir ajuda, procurar o núcleo especializado, nos moveu para uma grande aventura cheia de emoções, dificuldades, encontros e inúmeras possibilidades de “respostas” ao nosso questionamento de “descrever a concepção de violência entre mulheres que são vítimas de violência doméstica”. Na verdade, o que pudemos obter não foram respostas e sim, diferentes e, em alguns momentos, semelhantes opiniões a respeito destas percepções.

Nessa trajetória, tivemos como o principal norteador o objetivo de entender a percepção dessas mulheres sobre o conceito de violência, percepção sobre o que é ser mulher e a descrição do contexto sócio familiar das participantes.

Assim, após o delineamento da pesquisa, escolhemos o Pró-Vida, localizado na Serra. A seleção das mulheres foi feita por intermédio de profissionais da secretaria, que fizeram a escolha baseada na boa relação com as mulheres, no contato que tem com as mesmas, surgindo dessa forma opiniões positivas entre participantes e profissionais, mas que não comprometeram informações acerca do objetivo que fundamenta a pesquisa. Assim, uma vez selecionadas e contatadas as mulheres desenvolvemos com as mesmas, a entrevista contendo as questões disparadoras envolvendo a temática proposta.

A partir da revisão de literatura, realizada por intermédio de busca em diversos artigos científicos disponíveis em sites de busca, livros e textos, e também por intermédio de materiais disponibilizados pelo Pró-Vida, foi possível fazer a análise dos dados empíricos coletados nas entrevistas.

Assim, a partir dos relatos das mulheres consideramos que existem semelhanças com relação a concepção do que é ser mulher, como se enxergam nessa relação diferenciada que existe entre homens e mulheres nas famílias patriarcais. Constatamos ainda que a presença do ciúmes e do alcoolismo nos parceiros dessas mulheres são vistas por elas como um fator potencializador no surgimento da agressão, que parecem ter uma influência direta com uma forma de “desculpa e aceitação”, perante a ela mesma e a sociedade. Como traz Deeke e colaboradores (2009), em seu estudo os homens assumem o vício como desencadeador do ato agressivo.

Desta forma conseguimos observar uma ligação com a violência de gênero e a violência doméstica contra a mulher em seus diferentes aspectos, bem como suas implicações sobre a saúde, trazendo angústia, depressão, baixa autoestima, sendo possível permitir identificar esses sintomas em seus relatos.

Entendemos a violência doméstica como uma forma de manifestação das desigualdades presentes nas relações de gênero, e dessa forma foi possível compreender que sua reprodução é visivelmente influenciada por questões culturais, dentre outras questões, destacando-se as diferenças vivenciadas por homens e mulheres no cotidiano de uma sociedade herdeira de uma cultura patriarcal e machista.

Observamos ainda, que é no âmbito familiar que ocorrem as primeiras manifestações de violência contra a mulher, caracterizando-se como violência doméstica. A mesma pode ser reproduzida no espaço privado do lar ou até mesmo no espaço público, a depender de como cada indivíduo processa a convivência com este fenômeno dentro das expectativas de sua subjetividade.

De acordo com os resultados alcançados na pesquisa, foi possível perceber a expressão da subjetividade no relato de cada uma das mulheres entrevistadas. Por meio desses relatos, elas permitiram entender que a cerne da violência praticada por seus companheiros, encontra-se arraigado no patriarcalismo, onde há o entendimento por parte do homem, de que ele é macho, e sente necessidade de expressar seu poder de dominação através de ações que envolvem a mulher em situação desde vexatórias a consequências mais graves, resultando nas agressões psicológicas, moral, física e sexual.

Visto que as análises trouxeram o entendimento de que a violência de gênero contra mulher vem tomando proporções consideráveis ao ponto de ser tratada como uma questão de Saúde Pública, entende-se que sua incidência perpassa por todas as classes sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade, dentre outros determinantes.

Ora tratada como violência doméstica, ora tratada como violência contra mulher, considerou-se na conclusão deste estudo, o termo violência de gênero contra mulher, tratando-a nesta abordagem sob sua forma familiar e doméstica, para então discutir a concepção de mulher, da violência.

Analisando as implicações da violência doméstica sobre a concepção da mulher, pude perceber através dos sujeitos pesquisados, que a maioria sofreram todos os tipos de agressões, ocorrendo em sua maioria no espaço privado do lar. Dentre as sete entrevistadas, apenas duas afirmaram ter sofrido esse tipo de violência fora desse espaço.

Acerca da prática da violência física, os relatos obtidos, corroboram a fala da autora Lucena, sobre os hematomas que se fazem presentes no corpo e na alma dessas mulheres. Foi possível entender, que na tentativa de manter a mulher na condição de subjugada, na maioria das vezes, é através das primeiras formas de violência – psicológica e moral, que o homem a vulnerabiliza, partindo deste ponto para a prática da violência física, tendo em vista um processo de enfraquecimento psicológico da mulher, quando o homem começa com xingamentos, depreciação, deboches, transformando em situações que abalam sua moral e que a coloca em uma condição de extrema baixa autoestima.

Os casos diferenciaram-se uns dos outros na forma subjetiva como cada uma das mulheres reagiu à violência sofrida. Mas, diante dos relatos obtidos nesta pesquisa, ficou claro a percepção que por mais que sofram todas as formas de violência, a maioria das participantes enfatizam a violência psicológica como a mais agravante afetando seu estado físico e espiritual. A visão é de que as feridas deixadas no corpo, ainda que lhes proporcionem dores extremas, são capazes de cicatrizar, ao contrário, das feridas deixadas na alma, sobre estas, é afirmado que ainda que o tempo passe, uma vez lembrada sua experiência com a violência de gênero, desigualdade, a ferida volta a sangrar da mesma forma como vivenciada na hora da ocorrência. Da mesma forma que Koller (1999) diz, que este tipo de violência, denigri até a auto imagem do indivíduo.

Os achados dessa pesquisa nos permitiram ressaltar a importância do psicólogo neste processo de enfrentamento da violência doméstica. Esperamos que este estudo sirva para a reflexão dos psicólogos sobre a necessidade de fazerem o atendimento necessário a essas mulheres, auxiliando na resiliência, na reestruturação da sua integridade física, psicológica, moral, pelo fato de se encontrarem de uma certa forma fragilizadas, com sentimentos confusos e envergonhadas. De modo que o profissional auxilie no resgate da autoestima, na superação, focando sempre nas suas potencialidades, visando a reconstrução dos sujeitos vítimas de violência.

Enfim, ao término do presente estudo, concluímos que há relevância nas ações que promovam e legitimem a desconstrução da cultura patriarcal e machista herdada pela sociedade, pois ainda é muito presente na visão de algumas mulheres, observado nas suas falas, que essa cultura está imposta nas relações familiares e na criação das mulheres.

O papel do psicólogo na intervenção com as vítimas de violência doméstica, dá-se na manifestação e nos sintomas aparentes do indivíduo, dando apoio e auxílio ao seu estado emocional, trabalhando na autoestima, junto com sua reestruturação, focando no fortalecimento dessas mulheres, para o enfrentamento da situação vivenciada; buscando desta forma a valorização de si, na sua dimensão individual.

Desta forma um estudo feito por Hanada e colaboradores (2010, p. 43/44), apontam formas de terapias, encaminhamentos, atividades feitas com mulheres em situação de violência doméstica.

- terapêuticas, de acolhimento ou apoio psicológico (atendimento clínico psicológico; grupos de autoajuda);
- oficinas terapêuticas; terapia comunitária, mesmo que não realizada por psicólogos; e atendimento psiquiátrico);
- atendimento social (encaminhamentos a outras instituições; escuta e orientação sobre benefícios legais; e acompanhamento social);
- atividades de inclusão social (alfabetização e cursos ou oficinas profissionalizantes/de geração de renda);
- atividades de orientação, educativas e/ou de prevenção, em diversas áreas (orientação jurídica e oficinas de direitos, sobre saúde, sexualidade, gênero e violência), com seus usuários e/ou fora da instituição, com a comunidade;
- orientação ou assistência jurídica.

Cortez e colaboradores (2009), ressaltam que este apoio psicológico, não deve ser apenas para as vítimas, mais também para o agressor, trabalhando nos aspectos relacionados as concepções de gênero, buscando o entendimento acerca da igualdade, colaborando dessa forma para a diminuição do conflito vivenciado na relação conjugal. Estando também presente neste apoio, os familiares próximos e envolvidos socialmente neste conflito, tais como os filhos, empregados, sogro, sogra, entre outros.

Outro aspecto a ser ressaltado é o desenvolvimento de práticas multidisciplinares nos diversos campos que se apresentam a nossa profissão, seja no atendimento direto à população ou na função de gestão das políticas sociais.

Diante dos achados desse estudo, entendo a importância das academias formarem profissionais com visão crítica que busquem através da prática qualificada, contribuir para a construção de uma sociedade justa, onde as mulheres possam conviver de forma igualitária, buscando dessa forma a extinção da prática da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO no Brasil. 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf>> Acesso em: 30 Setembro 2014

ABRAMOVAY, M., Rua, M. das G. 2002. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO no Brasil.

ADEODATO, Vanessa Gurgel; CARVALHO, Racquel dos Reis; SIQUEIRA, Verônica Riquetde and SOUZA, Fábio Gomes de Matos e. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública [online]**. 2005, vol.39, n.1, pp. 108-113. ISSN 0034-8910. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>> Acesso em: 10 maio 2014.

AIMEIDA, Rosa Maria Martins; PASA, Graciela Gema and SCHEFFER, Morgana. Psicol. Reflex. **Álcool e violência em homens e mulheres**. Crit. [online]. 2009

ANDRADE, Clara de Jesus Marques and FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP [online]**. 2008, vol.42, n.3, pp. 591-595. ISSN 0080-6234. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000300025>> Acesso em: 10 de maio 2014

ASSIS, Simone Gonçalves de (org.) **Curso Impactos da Violência na Saúde**. – Rio de Janeiro, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

BARATA, Rita Barradas: **Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde** – Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

BARLOW, David H; DURAND, V. Mark: **Psicopatologia: uma abordagem integrada**. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BATITUCCI, E. C. **As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 7-18, jan./jun. 2007.

BOCK. Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14º edição – São Paulo, 2008.

BRASIL, Lei n.º 11.340, de 7 de ago. de 2006. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida.** Comentários à Lei n 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações: Brasília, 2008. 90 p.
BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres.** Brasília, 2013. 114 p.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra mulheres.** Brasília, 2011. 8 p.

BRASIL. Enfrentamento à violência contra a mulher. **Violência Doméstica: Mude sua vida, antes que acabem com ela.** [s d]

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar: Informações e orientações para Agentes Comunitários de Saúde.** Brasília, 2001.

CARTER, B.; MCGOLDRIK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CARVALHO, Andressa. **A família na atualidade.** s.n. Disponível em: <<http://meuartigo,brasilecola.com/psicologia/a-familia-na-atualidade.htm>>. Acesso em 10 maio 2014

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Documento n. 17. Brasília, janeiro de 2009.

CUNHA, P. J., NOVAES, M. A. Avaliação neurocognitiva no abuso e dependência do álcool: Implicações para o tratamento. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, p. 23-27, 2004.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil** 4ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

CHEMIN, Beatris Francisca. Manual de Univates para Trabalhos Acadêmicos. Disponível em:>:<http://www.univates.br/files/files/univates/manual/Capitulo2.pdf>> Acesso em 18 maio 2014.

CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Acessórias. 2007. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3466:da-dos-sobre-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil-e-no-mundo&catid=215:artigos-e-textos&Itemid=149>. Acesso em: 21 out. 2014

DALHBERG, Linda L.; KRUG, Ettiene G. **Violência: um problema global de saúde pública.** (Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS;2002) p. 1165, mar. 2006. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/50386959/Conceito-de-violencia-pela-OMS>> Acesso em 11 mar. 2014.

DEEKE et al., A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saude soc. [online]**. 2009, vol.18, n.2, pp. 248-258. ISSN 0104-1290

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA NETO, Norberto Abreu e. Questões de família e desenvolvimento e a prática de pesquisa. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**. 2000, vol.16, n.3, pp. 0-0. ISSN 0102-3772.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 608 p

DOUWARD, Jamie. CARTA, G. **Violência doméstica deverá ter lei rígida e punitiva — CartaCapital**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-domestica-devera-ter-lei-rigida-e-punitiva-4912.html>>. Acesso em: 2 nov. 2014

DORIN, E. **Dicionário de Psicologia**; abrangendo terminologia de ciências correlatas. São Paulo: Melhoramentos, 1978, 300p.

FACO, Vanessa Marques Gibran; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Conceito de Família: adolescentes de zonas rural e urbana**. [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9.

FERRÃO, Romário Gava: **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa/ Romário Gava Ferrão**, Linhares, ES: Unilinhares/Incaper, 2003.

FRANKL, Viktor. **O sentido da vida**: [s.d.]. Disponível em: <http://www.osentidodavida.com.br/a_logoterapia_e_o_sentido_da_vida.html>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GARBIN, Cléa Adas S. et al., **Violência doméstica**: análise das lesões em mulheres. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, dez, 2006, p. 2567-2573.

GARCIA, Leila Posenato, et al., **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. 2013

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas and SCHRAIBER, Lilia Blima. **Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2010, vol.18, n.1, pp. 33-60.

HOUAISS, Antônio; CARDIM, I. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

INSTITUTO NOOS, **Prevenção e atenção à violência intrafamiliar e de gênero: apoio às lideranças comunitárias/ Instituto Noos**. – Rio de Janeiro, 2010.

KOLLER, S. H. (1999). **Violência doméstica: uma visão ecológica**. Em Amencar (Org.), *Violência doméstica* (1º ed., pp. 32-42). Brasília. UNICEF.

LACHAUD, Denise. **Ciúmes**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001, 148p.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas/** Christian Laville e Jean Dionne; trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. – Porto Alegre: Ed. UFMG, 1999.

LEÃO, Estela Maria. MARINHO, Lílian Fátima B. **Saúde das mulheres no Brasil: subsídios para as políticas públicas de saúde**. REVISTA PROMOÇÃO DE SAÚDE: Saúde da Mulher Brasileira. Ministério da Saúde, ano 3, nº 6, p. 31-36, out. 2002.

LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília. Ministério da Saúde, 2004. 296 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. **Saúde, gênero e violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra**. Recife: Ed. Universitário da UFPE, 2010. 246 p.

MARCONI, Maria de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 Ed. São Paulo. Atlas 2009

MAURÁS, Marta; KAYAYAN, Agop. Apresentação. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 4 Ed. São Paulo; Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

MELO, Elza Machado. **Podemos Prevenir a Violência: Teorias e Práticas**. 1. Ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO. 1996.

_____. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. In: Toxicomanias: Uma organização multidisciplinar/ organização Marcos Baptista, Clara Enem. – Rio de Janeiro: NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997

_____. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Vol. 10, 1994

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132 p. (Coleção em Saúde)

MOREIRA, Neir; HOLANDA, Adriano. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 15, n. 3, Dec. 2010. Disponível em: <Available from <

82712010000300008&lng=en&nrm=iso>.http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712010000300008.> Acesso em 02 jun. 2014

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALLOUSTIAN, Sílvia Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 4 Ed. São Paulo; Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Violência e alcoolismo: abordagem biográfica em alcoologia e hermenêutica do sujeito. **Psicologia em Estudo**. Vol. 9º nº 3, Maringá, 2004. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: em 29 set. 2014

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção a saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. Ed. São Paulo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica), p. 9-20

SANTOS, Ana Maria O. dos.; SCHNEIDER, Dalva.; GUIMARÃES, Franci Helen J. **Tecendo os fios da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as mulheres municipais de Serra/ES: a atuação do Pró-Vida**. 2012. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Escola Superior de Ciências de Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, 2012.

SILVEIRA, Claudia da. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 out. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.39926&seo=1>. Acesso em: 30 out. 2014.

SCOTT, Joan Wallach. **Genêro: uma categoria útil de Análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, V. 20, 1995, p. 71-79

SCHRAIBER, Lilia B et al., **Saúde e Sociedade**/Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Jan/dez 2000

SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.) Curso Impactos da Violência na Saúde. – Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007

TRINDADE, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. **Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas** da Região Metropolitana de Vitória/ES. 2009

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **Depressão: corpo, mente e alma**; Uberlândia – MG: 2009.

TELES, Vânia. **Orientação Profissional Apostila**. Vitória, 1999

VARGAS, Cláudia Regina Merçon de. **Semelhanças na vida de mulheres em situação de abuso ou dependência de álcool**. Brasília, UnB, Pós-Graduação da Faculdade de Ciências de Saúde da Universidade de Brasília, 2002.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. *DELTA* [online]. 2005, vol.21.

WALD, Arnaldo, Curso de Direito Civil Brasileiro, **noções de família**, Curso de Direito Civil Brasileiro, 6ª ed.revista, ampliada e atualizada com a colaboração de FÁBREGAS, Luiz Murillo, Ed. Revista dos Tribunais Ltda. 1988, p.3 - 4.

ZANOTTA, Lia. **Gênero, um novo Paradigma?** 1998. 19 f. Artigo.
ZILBERMAN, Monica L. and BLUME, Sheila B. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas**. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2005, vol.27, suppl.2, pp. s51-s55. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462005000600004>>. Acesso em: 09 mar.2014.

ZUMA, Carlos Eduardo; MENDES, Corina Helena Figueira; CALVACANTI, Ludmila Fontenele; GOMES, Romeu. **Curso Impacto da Violência na Saúde**. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.) **Curso Impactos da Violência na Saúde**. – Rio de Janeiro, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, instituto Sangari, ago, 2012. Disponível em:<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em: 19 set. 2014.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

FACULDADE CATOLICA SALESIANA DO ESPIRITO SANTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: CONCEPÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Thais Caser Queiroz

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: É através desta pesquisa, caso seja autorizada que será realizada uma entrevista como forma de obtenção de dados para minha investigação sobre a concepção de violência entre mulheres que são vítimas de Violência Doméstica, podendo que esta seja gravada, também diante de sua concordância.

As informações levantadas por meio da entrevista, serão posteriormente transcritas para otimizar a análise dos dados. Na publicação dos resultados desta pesquisa, serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a), dessa maneira sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo bem como a garantia do anonimato das informações prestadas à pesquisadora, não havendo qualquer tipo de risco aos participantes. As informações coletadas serão tratadas com zelo, de forma ética, a fim de que seja evitada a identificação do colaborador no corpo do trabalho. As fitas gravadas serão de uso exclusivo do pesquisador não sendo autorizado o uso e/ou reprodução das mesmas por terceiros.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA: A possibilidade de entrar na privacidade das pessoas é um desconforto, até o presente momento não percebo riscos associado à pesquisa.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Apresentar a sociedade como que a Violência Doméstica pode afetar a integridade física e mental das vítimas, buscando assim uma visão mais apurada para poder obter uma melhora na vida destas mulheres, buscando o sentido da vida, de viver.

MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:

Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência médica e/ou social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa.

Basta procurar o (a) pesquisador (a) Thais Caser Queiroz, pelo telefone residencial (27) 33289060 ou pessoal (27) 998373531 e também no endereço Rua. Guimarães Junior, 918, São Diogo, Serra, ES.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

RESSARCIMENTO DE DESPESAS E INDENIZAÇÕES CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Thais Caser Queiroz, portador da Carteira de identidade nº 3078707, expedida pelo Órgão SSP/ES, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida livremente, expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Fui informado que meu número de registro na pesquisa é _____ e recebi cópia desse documento por mim assinado.

| | | |
|-------|------|--|
| _____ | DATA | Impressão Dactiloscópica (p/ analfabetos) |
|-------|------|--|

Assinatura do Responsável pelo Estudo

Data

APÊNDICE B – Questionário

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Profissão:

Renda Familiar:

Grau de instituição (filhos/marido):

Local:

Data:

Hora:

PROGRAMA – Políticas Públicas

- 1- O que levou a participar deste grupo?
- 2- Há quanto tempo participa deste grupo?
- 3- Quantas vezes participou desse tipo de programa?
- 4- O que entende por esse programa?
- 5- Quais benefícios você percebe ao participar desse programa?
- 6- Quantas vezes por semana frequenta o Pro-vida? (Secretaria de Políticas Públicas da Mulher)
- 7- Do que mais gosta?
- 8- Do que menos gosta?

FAMÍLIA

- 1- Como foi sua criação?
 - 2- Quantos irmãos você tem? (Homens e Mulheres)
 - 3- Percebeu algum tratamento diferenciado entre vocês?
 - 4- Como era a relação familiar?
 - 5- Como vocês resolviam os conflitos familiares?
-

CASAMENTO

- 1- Como se conheceram?
 - 2- Há quanto tempo estão juntos?
 - 3- Moram juntos?
 - 4- Quando que iniciou as agressões?
 - 5- O que levou a agressão?
 - 6- O que você fez?
-

ENTREVISTADA – MULHER

- 1- Atualmente você se sente satisfeita com sua situação?
 - 2- Que tipo de violência sofreu? O que aconteceu?
 - 3- Quem foram os envolvidos?
 - 4- Como você resolvia ou resolve seus conflitos?
 - 5- Sua família toda ficou sabendo? Quem da família sabe?
 - 6- O que eles pensam hoje? Era diferente antes?
 - 7- Mudou algo em você após a ocorrência da violência? E após participar do grupo?
 - 8- O que acha da situação que passou? (Da violência)
 - 9- Você se lembra de já ter passado algo semelhante em sua vida com outra pessoa ou até mesmo com a mesma?
 - 10- O que você fez nesta época? O que achou daquela situação? (tentar buscar uma comparação)
-

GÊNERO

- 1- O que é ser mulher?
 - 2- E o que é ser homem?
 - 3- Acha que existe uma diferença entre ser mulher e ser homem? Qual?
 - 4- Quem você acha que comete mais violência o homem ou a mulher? Porque?
-

SAÚDE

- 1- O que está situação te trouxe de ruim?
- 2- Usa alguma medicação? Qual?
- 3- Faz algum tratamento? Qual?
- 4- Utiliza álcool e droga? Aumentou ou diminuiu após a agressão sofrida?